

1 **CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE**

2 **ATA Nº 009/2017**

3 **DATA:04 de Maio de 2017**

4 **Sra. Mirtha da Rosa Zenker (Coordenadora do Conselho Municipal de Saúde de Porto**  
5 **Alegre)** – Eu Mirtha da Rosa Zenker, Coordenadora deste conselho, no uso das atribuições  
6 que me são concedidas pela Lei 8.080 e 8.142/90, pela Lei 141, pela Lei Complementar  
7 277/92. Pela Lei Orgânica de Porto Alegre, pelo Código Municipal de Saúde e pelo  
8 Regimento Interno deste Conselho, aprovado em julho de 2008, declaro aberta a Sessão  
9 Ordinária do Plenário do dia 04 de maio de 2017. **Faltas Justificadas:** 1)Adelto Rohr,2)  
10 Aloísyo Schimidt, 3)Ana Paula de Lima, 4)Marcio Eduardo de Brito, 5)Roger dos Santos  
11 Rosa. **Conselheiros Titulares:** 1)Adriane da Silva, 2)Alberto Moura Terres, 3)Alcides  
12 Pozzobon, 4)Alzira Marchetti Slodkowski, 5)Arisson Rocha da Rosa,6)Camila Pereira Alves,  
13 7)Carlos Miguel Azevedo, 8)Darci Antônio Santos de Lima, 9)Djanira Corrêa da Conceição,  
14 10)Eduardo Karolczak, 11)Gilberto Binder, 12)Gilmar Campos, 13)Ireno de Farias, 14)Jair  
15 Gilberto dos Santos Machado, 15)Jairo Franciscos Tessari, 16)Jandira Roehrs Santana,  
16 17)Janete Mariano de Oliveira, 18)Janice Lopes Schiar, 19)João Alne Schamann Farias,  
17 20)João Miguel da Silva Lima, 21)Loreni Lucas, 22)Luiz Airton da Silva, 23)Luiz Antonio  
18 Mattia, 24)Marcia Maria Teixeira Ferreira, 25)Maria Angélica Mello Machado, 26)Maria  
19 Leticia de Oliveira Garcia, 27)Maria Lourdes Fagundes Verch, 28)Maria Lucia Shaffer,  
20 29)Masurquede de Azevedo Coimbra, 30)Mirtha da Rosa Zenker, 31)Nesioli dos Santos,  
21 32)Rejane Cerqueira Barbosa da Fontoura, 33)Ricardo Freitas Piovesan, 34)Rosa Helena  
22 Cavalheiro Mendes, 34)Rosemari de Souza Rodrigues, 36)Sandra Maria Natividade Thomaz  
23 de Oliveira. **Conselheiros Suplentes:** 1)Aline Laitano, 2)Clevi Elena Lagni, 3)Gabriel  
24 Antônio Vigne, 4)Gislaine Chaves dos Santos, 5)Juliana Maciel Pinto, 6)Pablo de Lannoy  
25 Sturner, 7)Rosângela Lima Collaziol, 8)Vera Regina Puerari, 9)Wadir Albuquerque. Nós  
26 então nessa plenária sendo transmitida ao vivo pela página do Face do Conselho Municipal  
27 de Saúde temos os seguintes itens: aprovação das atas, informes e a pauta. A pauta nós  
28 temos três pautas, a votação do incentivo financeiro estadual adicional a estratégia de  
29 agentes comunitários de saúde e a pauta reforma previdenciária. Então já vamos iniciar com  
30 a aprovação as atas. A Ata 22 do dia 21 de setembro de 2016. Por favor, o pessoal  
31 colaborando, silêncio. Debate dos candidatos a prefeito. Então a plenária tem alguma  
32 consideração da Ata 22? Boa noite Secretário Pablo. Em regime de votação, quem é  
33 favorável a Ata 22, por favor, levante seu crachá. 27 favoráveis. Contrários? Levante seu  
34 crachá. Abstenção levante seu crachá. Então aprovada a Ata 22 do dia 21 de setembro de  
35 2016 com 27 votos favoráveis. Ata 29 de 08 de dezembro de 2016, Política Municipal da  
36 Saúde do Trabalhador e Trabalhadora. A plenária tem alguma consideração? Então em  
37 regime de votação, quem é favorável a Ata 29 levante seu crachá. Os contrários levantem  
38 seus crachás. Abstenção. Então aprovada a Ata 29 de 08 de dezembro de 2016 com 26  
39 votos favoráveis. Já de pronto vamos passar para os informes. O primeiro inscrito é seu  
40 Vendelino do Conselho Distrital Noroeste. Três minutos. **Sr. Vendelino (Conselho Distrital**  
41 **Noroeste)** – Boa noite, eu gostaria de fazer um pequeno comentário com referência a  
42 alguns exames que não estão sendo mais custeados pela secretaria. Que são de grande  
43 necessidade porque a nossa população não tem essa verba disponível para fazer esses  
44 exames. Então nós temos alguns exames que não estão mais, não estão sendo realizados.  
45 Eco pélvica, eco da próstata, eco das vias urinárias, citologia da tireoide, ressonância  
46 magnética com sedação. Então isso são exames, se nós vemos aqui a nossa população,  
47 ela não tem disponibilidade, o da próstata, por exemplo, fiz uma pesquisa, sai em torno de  
48 R\$ 210,00 a R\$ 280,00. Então é difícil uma pessoa chegar a pagar isso aí. Ou ela vai,  
49 digamos assim, sofrer com o problema, ou então vai ficar sem exame mesmo. A outra  
50 situação que eu gostaria de dizer que nós temos em torno, aguardando, em torno de 500  
51 eco-tv, transvaginais. Temos em torno de 500 eco transvaginais aguardando ser chamada.  
52 Eco obstétrica também, eco mamária também, de lensometria também. Está tudo

53 aguardando, e as pessoas estão, eu chego lá no posto: o que é que eu faço, o que é que eu  
54 faço? Digo não sei, vamos ter que conversar com o pessoal para ver o que é que nós  
55 podemos fazer. Então eu gostaria que tivesse muita atenção nesse sentido, e uma outra  
56 coisa que eu também gostaria de dizer, como está tendo muita falta de remédios, ela chega  
57 depois do vencimento, ocorre que as receitas são vencidas. Então quando ela vai ver na  
58 planilha ela não tem mais direito a receber. Então eu gostaria que nós tivéssemos uma  
59 atenção muito especial nesse sentido, porque depois ela tem que fazer um novo exame, vai  
60 levar um mês de novo para pegar esse exame, para pegar o remédio porque ainda não  
61 conseguiu pegar da outra vez. É isso que eu gostaria de dizer, eu agradeço muito a atenção,  
62 muito obrigado. **Sra. Mirtha da Rosa Zenker (Coordenadora do Conselho Municipal de**  
63 **Saúde de Porto Alegre)** – Obrigado seu Vendelino. O próximo é seu Ireneo do Conselho  
64 Distrital Leste. Por favor, vamos colaborar com o silêncio, está chegando muito ruído aqui.  
65 **Sr. Ireneo de Farias (Conselho Distrital Leste – Titular)** – Boa noite. Eu queria uma  
66 prestação de contas dos oito postos de saúde que vão ser abertos até às 22h, depois de  
67 pronto. E outra coisa, os medicamentos lá não estão indo muito, estão levando quase dois  
68 meses para vir, o medicamento vem nos, vem nas distritais e também. Então principalmente  
69 a Leste o pessoal está trabalhando demais, que eles estão trabalhando até as 17h30 e não  
70 pode. Só isso aí, obrigado. **Sra. Mirtha da Rosa Zenker (Coordenadora do Conselho**  
71 **Municipal de Saúde de Porto Alegre)** – Obrigado senhor Ireneo. Rosângela. A Rosângela  
72 passou a palavra para o Mazu. **Sr. Mazurquede Coimbra (Sindicato dos Farmacêuticos)**  
73 – Boa noite a todos. Senhor secretário, Mazurquede, Sindicato dos Farmacêuticos. Senhor  
74 secretário a gente vem trazer aqui um pedido de uma alteração num projeto de lei que está  
75 sendo encaminhado. É o Projeto de Lei que autoriza o poder executivo utilizar os recursos  
76 repassados a Secretaria de Saúde do Estado do Rio Grande do Sul, como adicional para  
77 estratégia de agentes comunitários de saúde. No parágrafo, no Artigo 3º a gente tem a  
78 seguinte redação na proposta do projeto de lei. O Artigo 2º e o 1º ele define e limita, mas o  
79 Artigo 3º ele está meio estranho, porque ele fala assim: “O incentivo financeiro poderá,  
80 apesar de os outros dois dizerem que será, ser repassado na integralidade aos agentes  
81 comunitários de saúde cadastrados no Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde, o  
82 CNES. Obedecendo o saldo disponibilizado pelo repasse, salvo disposição em contrário em  
83 regulamentação ou normatização da Secretaria Municipal de Saúde.” Então a gente sugere  
84 que o incentivo financeiro será, que seja removida a palavra poderá, e que a última frase ali,  
85 o salvo disposição em contrário seja retirado desse projeto, porque ele, o salvo poderá vir  
86 alguma regulamentação interna depois dizendo que o recurso poderá ter algum outro  
87 destino via portaria, via algum regulamento interno. Então pedimos que isso seja levado em  
88 consideração e que seja substituído o poderá por será, e seja retirada a última frase desse  
89 artigo. **Sra. Mirtha da Rosa Zenker (Coordenadora do Conselho Municipal de Saúde de**  
90 **Porto Alegre)** – Só uma questão de ordem, isso vai ser pauta no incentivo financeiro  
91 estadual institucional a estratégia de agentes comunitários de saúde, então essa o secretário  
92 vai responder na pauta. Só questão de ordem. Próximo é o Luiz. **Sr. Luiz Airton da Silva**  
93 **(Conselho Distrital Eixo Baltazar)** – Luiz Airton, Conselho Distrital Eixo Baltazar. A minha  
94 fala o Mazu já me contemplou, mas eu vou esperar a questão da pauta para questionar.  
95 Uma outra questão que eu trago secretário é a questão do posto de saúde Jardim  
96 Leopoldina, eu tenho uns documentos aqui, vou deixar em mão, que o Conceição ele entrou  
97 com um processo contra o município, para quem não está a par da situação, porque o  
98 município estava cobrando do Conceição impostos indevidos, porque Conceição é 100%  
99 SUS. Então não era na atual gestão, era na passada que entrou com essa ação, a Santa  
100 Casa não pagando imposto e o Conceição está pagando, então entraram na justiça e  
101 ganharam essa ação contra o município, e foi um acordo que o município fez então com o  
102 Conceição, para quem conhece a região do Conceição ali tinha uma praça no lado ali onde  
103 vai ser construído um centro oncológico. E comprometimento do município também perante  
104 esse valor que está nesse processo de se comprometer em construir duas unidades de

105 saúde, uma o Coínma e o outro o Jardim Leopoldina. Então eu estou trazendo para o  
106 secretário porque está no impasse secretário, a gente já conseguiu a área cedida lá pelo  
107 Colégio David Canavarro aonde a área já foi cedida, já tem uma área então, está aí o termo  
108 de adesão a área lá, isenção a área. E a questão de um impasse é a questão da planta,  
109 então é uma novela mexicana aquela planta lá, então a gente quer, o dinheiro a gente sabe  
110 que está sendo guardado já, está vindo o dinheiro, então a gente já entrou em contato com o  
111 financeiro da secretaria, sabe que esse dinheiro tem que ser destinado sem uma ação  
112 judicial, o município, tanto é que já entrou na planilha de obra essas duas unidades. Então a  
113 gente está pedindo junto a gestão aqui municipal, já que o GHC é um prestador de serviço  
114 para o município, na questão da planta lá. Então o local já tem, já está reservado o dinheiro  
115 e a planta lá. **Sra. Mirtha da Rosa Zenker (Coordenadora do Conselho Municipal de**  
116 **Saúde de Porto Alegre)** – Obrigado Luiz. O senhor João Batista, eu estou passando a  
117 minha fala para ele. Só para esclarecer a plenária, esse espaço aqui no fórum é para os  
118 conselheiros municipais, aqueles que não são, um conselheiro municipal se inscreve e  
119 passa a palavra como eu estou fazendo aqui agora. **Sr. João Batista (Conselho Local de**  
120 **Santa Tereza)** – João Batista do Conselho Local de Santa Tereza. A violência continua  
121 ainda, a maior violência que nós temos é a compra de remédio nos postos. Por que é que no  
122 modelo tem remédio duas vezes no mês e nos morros não têm nada? Por causa disso é  
123 que, essa falta de. Com seis pessoas, conselheiros, usuários, não comparecem, não sabem  
124 votar, por que é que está aí? A burguesia no poder. Por que é que no modelo tem e nos  
125 morros não têm? Muitos não têm nem o da passagem para ir buscar, não foi esclarecido,  
126 discriminação muito grande, eu não gosto de vir aqui não, nem defrontar com isso, que se só  
127 falasse dos humildes. Tem que também socorrer aqueles, aqueles que mais precisam, é o  
128 que pagam vocês. É o que paga o salário de vocês aí, esse conselho tem que mudar, é uma  
129 vergonha isso, lá no morro já não tem mais remédio, você não tem vergonha na cara, olhe  
130 para si, se bote no lugar das pessoas que estão lá, homens e mulheres, são pessoas, vocês  
131 estão lidando com pessoas. Eu não gosto de vir aqui porque eu sinto vergonha, quando eu  
132 olho para a cara de cada um eu faço uma leitura, você tem que dá um jeito. Esse secretário  
133 que está aí esse aí não é o nosso secretário não, ele é político, um verdadeiro secretário,  
134 um verdadeiro médico quando faz um juramento, eu conheci verdadeiros médicos da  
135 humanidade aqui dentro de Porto Alegre, você entrou por dinheiro, o dinheiro não é assim  
136 não, o povo está queimando aos pouquinhos, é um produto que está queimando aos  
137 poucos. 10 dias quando manda um remedinho, ainda manda pouco, de mentirosos, o  
138 jeitinho brasileiro de mentir. A pior coisa que tem é a mentira, se põe no lugar das pessoas  
139 para você ver, se ponha que eu pago o salário de vocês aí. Vocês vão ter que pagar. Só  
140 isso. **Sra. Mirtha da Rosa Zenker (Coordenadora do Conselho Municipal de Saúde de**  
141 **Porto Alegre)** – Maria Letícia. **Sra. Maria Letícia de Oliveira Garcia (Conselho Distrital**  
142 **Glória/Cruzeiro/Cristal)** – Boa noite a todas e todos, eu sou a Maria Letícia do Conselho  
143 Distrital Glória/Cruzeiro/Cristal. Na verdade, o meu informe é uma situação que eu vivencio  
144 hoje no atendimento lá no pronto atendimento Cruzeiro do Sul, na verdade por uma situação  
145 ocorrida no HPS. Me surpreendeu a forma como essa pessoa colocou a situação, eu já  
146 trouxe aqui inclusive essa situação. É o seguinte, a pessoa foi atendida lá, teve um acidente  
147 de trabalho no dia 02, e o médico que a atendeu orientou que ela fosse ao seu posto de  
148 saúde para pegar o atestado daquele dia. Então foi uma situação de acidente de trabalho, foi  
149 prontamente socorrida pelo local do trabalho dela. Então eu fiz contato lá com a direção do  
150 HPS, consegui falar depois com o Danilo que é o administrador lá, o Danilo e a Márcia, para  
151 poder encaminhar essa pessoa para de fato requerer o atestado que é um direito do cidadão  
152 e da cidadã que é atendida num local, inclusive de pronto atendimento. Nós temos duas  
153 resoluções, uma resolução do Conselho Federal de Medicina e um parecer, não, é uma  
154 Resolução do Conselho Regional de Medicina e um parecer do Conselho Federal de  
155 Medicina, que aponta então essa necessidade, essa obrigatoriedade, claro que de acordo  
156 com a necessidade de ser fornecido. E me chamou a atenção, porque essa pessoa ela foi

157 encaminhada e eu também quando liguei, embora tivesse identificado que era profissional  
158 da saúde e tal, de ser atendida na parte da tarde pela ouvidoria do hospital. Daí eu disse:  
159 não quero fazer uma reclamação, eu quero que a pessoa seja atendida. Então primeiro pela  
160 dificuldade de conseguir falar com alguém que respondesse por isso, foi difícil. E depois pelo  
161 encaminhamento. Depois o Danilo atendeu e disse que a pessoa poderia ir lá à tarde  
162 conversar com ele para que recebesse o atestado. Então acho que isso é uma coisa que  
163 para todos os serviços de urgência, já tinha falado aqui uma vez sobre isso, que lá no PACS  
164 estava ocorrendo isso também, então é isso. Então eu peço que pelo menos seja tomada  
165 uma providência com relação à orientação para todos os serviços de saúde de urgência e  
166 emergência nessa cidade. E a outra coisa que amanhã nós vamos estar indo lá na  
167 Controladoria Geral do Município, onde a gente vai conversar sobre a questão lá dos  
168 laboratórios. Tem um processo em andamento e nós encaminhamos um ofício, e aí a gente  
169 vai querer, nós estamos indo lá para ter um resultado desse processo. Parte do processo. E  
170 aí quando a gente esteve lá na outra vez, na outra oportunidade, o controlador geral  
171 informou para nós que estava sendo devolvido, que o município estava conseguindo reaver  
172 recursos referentes ao desvio, aquele ocorrido lá em 2009 do Instituto Sollus, e que daí  
173 então o conselho poderia oficial o controlador do município para que então a procuradoria  
174 desse conta desses valores que já foram devolvidos e que fosse então devidamente  
175 devolvidos ao Fundo Municipal de Saúde se for o caso, eu acredito que sim, e também dar  
176 ciência ao conselho do montante desse valor, e até seria uma proposta minha de ofício,  
177 depois, eu não trouxe agora, até para que fique para ciência de todo plenário, se assim a  
178 coordenação entender. **Sra. Mirtha da Rosa Zenker (Coordenadora do Conselho**  
179 **Municipal de Saúde de Porto Alegre)** – Maria Angélica. **Sra. Maria Angélica Mello**  
180 **Machado (Conselho Distrital Norte)** – Boa noite a todos, Maria Angélica da Distrital Norte  
181 e também do Conselho Gestor do Conceição e Criança. Boa noite então a mesa, boa noite  
182 ao senhor que está representando o senhor secretário. A minha fala é a seguinte, essa  
183 semana, semana passada se eu não em engano, houve uma visita na Zona Norte, na região  
184 da Distrital Norte, a UBS Jenor, eu sei que o senhor Capachão ele é assessor do Vereador  
185 Caruso, pediu, eu tinha solicitado que fosse a UBS Santa Rosa, não que nenhuma delas,  
186 todas deveriam ser visitadas. Então assim, eu sei que está agendada para o dia 10 uma  
187 nova visita ao Jenor, que é três quadras da UBS Santa Rosa. Então eu estou pedindo  
188 encarecidamente de novo da possibilidade de irem. Por que é que eu estou fazendo isso?  
189 Eu conheço o Jenor, eu sei que há aquele campo enorme na frente do posto Emitro, não é  
190 todos os problemas que se visita lá, mas é que a UBS Santa Rosa é bem mais  
191 comprometida, porque ela é uma unidade aberta, ela atende mais de 20 mil pessoas, ela  
192 está fazendo acolhida que não é acolhida, porque ela está agendando clínico para agosto,  
193 finalzinho de agosto e começo de setembro. Tudo lá é macro, é muita gestante, é muito  
194 diabético, é muito hipertenso, é muita saúde mental, tudo é muito porque é uma unidade  
195 aberta, ela fica muito próxima a Jenor, é três quadras, dá para ir a pé tranquilamente se for o  
196 caso, mas é muito perto, e ela tem um jogo de escada no meio do posto, que ela fica numa  
197 lombada, essa UBS, ela tem por volta de 40 anos, e ela está sobrecarregada, tem funcionários  
198 afastados por doença, por motivo de sobrecarga de trabalho, a gente sabe disso, é bem  
199 complicada a situação lá, eu penso que cheguei aqui há mais de três anos eu venho falando,  
200 pedindo pela UBS Santa Rosa, eu represento 14, três no GHC, a unidade de saúde e 11 da  
201 prefeitura. Mas eu venho da local da Santa Rosa e estou diretamente ligada a eles. Então eu  
202 peço de novo, eu sei que o Kaká é Assessor, eu sei que tem política, tudo bem, eu não vou  
203 questionar, só que eu estou pedindo então um pedido de uma conselheira, porque já vem  
204 nessa demanda, que dê um pulinho também na Santa Rosa, porque no dia 10 vai haver  
205 discussão da região e eu por motivo de trabalho não vou poder estar, estarei representada.  
206 Então eu gostaria muito que fosse. E dizer também que eu ia fazer a fala sobre a UBS  
207 Sarandi que eu trouxe aqui a inundações, enfim, passaram-se dois meses, mas eu soube  
208 hoje que Dr. Thiago foi até lá e eu não falei com as colegas ainda, então eu não vou fazer

209 minha fala de reiterar o pedido, mas eu sei que foram, então provavelmente que eram os  
210 móveis que ainda estavam faltando, que deve estar precário a situação para o Sarandi. É  
211 isso, obrigada. **Sra. Mirtha da Rosa Zenker (Coordenadora do Conselho Municipal de**  
212 **Saúde de Porto Alegre)** – Então agora é o meu informe. Então esse plenário já está  
213 acostumado do núcleo de coordenação está trazendo o Acontece, por ser uma pauta densa  
214 hoje, que semana passada teve o Acontece, teve o plenário, então hoje eu vou fazer um  
215 informe, que é o primeiro informe sobre a Conferência Municipal da Saúde das Mulheres,  
216 que vai acontecer agora dia 07 de maio, encerrou as conferências livres dia 29 de abril,  
217 fechando o ciclo de 29 conferências livres com quase, com cerca de mil participantes. Então  
218 foi bastante movimento na cidade de Porto Alegre, com várias propostas que estão sendo  
219 encaminhadas para a conferência municipal. Então estão abertas as inscrições pelo blog da  
220 Conferência de Saúde, e na hora vai ter possibilidade de inscrição. Até amanhã de noite no  
221 blog e depois a inscrição no local. Só para quem vai participar já ir se preparando, nós não  
222 vamos ter almoço conforme a gente já estava planejando, mas nós conseguimos organizar  
223 um lanche, um lanche simples. Então quem quiser se organizar para almoçar vai ter o  
224 restaurante da Faculdade de Arquitetura perto, isto a confirmar. Então vai ser confirmado  
225 então no dia da conferência o local de indicação, mas não vai ter almoço conforme a gente  
226 estava planejado desde fevereiro para ter. Então com muito movimento a gente vai realizar  
227 sim a Conferência Municipal da Saúde das Mulheres. Um outro informe então da reunião da  
228 controladoria que a Maria Letícia já realizou aqui para este conselho, com certeza vamos  
229 encaminhar o ofício solicitando, ok Maria Letícia, porque este é uma demanda do Conselho  
230 Municipal de estar acompanhando tudo, e agora que está sendo devolvida essa verba a  
231 gente quer está ciente do acompanhamento dessa devolução. E amanhã também as 10h vai  
232 ter a TV Câmara convidou o Conselho Municipal de Saúde para participar de um tema que é  
233 sobre a atenção primária, e aqui a COSMAM fez uma fiscalização nas unidades, em  
234 algumas unidades de saúde, e uma avaliação que a COSMAM está solicitando para nas  
235 duas unidades, que tem horário estendido, que é a São Carlos e UBS Modelo. Então  
236 amanhã às 10h este conselho vai estar representado então para fazer essa discussão. Hoje  
237 já teve uma discussão prévia com os dois conselhos locais, tanto o Modelo, quanto São  
238 Carlos, para fazer essa avaliação de dentro do olhar do controle social de como está sendo  
239 esse período de expansão do horário da US. Então nós agora já vamos passar então para o  
240 secretário para fazer as respostas e passar para a pauta. **Sr. Pablo De Lannoy Sturmer**  
241 **(Secretário Adjunto de Saúde)** – Boa noite pessoal. Vou começar respondendo ao seu  
242 Vendelino. Bom seu Vendelino faz 15 dias que eu estive lá, a gente conversou um pouco já  
243 sobre isso, vou compartilhar com a plenária a questão dos exames. Acho que é importante  
244 esclarecer que não é que o município deixou de ofertar aqueles serviços, a ecografia pélvica  
245 aconteceu que antes, a ecografia pélvica para ver os órgãos da pelve, da parte de baixo da  
246 barriga, ela pode ser feita tanto via com o aparelho por cima da barriga ou transvaginal, e o  
247 que vinha acontecendo é que a totalidade desses casos em que a pessoa pedia por via da  
248 barriga que não dá para ver tão bem os órgãos internos femininos, tinha que na verdade ver  
249 a transvaginal, então foi um ajuste da regulação com relação a isso. Então a ecografia  
250 pélvica transvaginal pode ser solicitada normalmente. O que acontece é que a gente tem um  
251 revezamento, a gente sabe disso e a gente quer trazer uma solução o quanto antes, a gente  
252 sabe que dando os passos próprios e recursos próprios que a gente tem de radiologistas  
253 para implantar esse serviço e tão logo a gente tem uma resposta para a gente anunciar.  
254 Sentindo tireóide, ressonância com sedação, são exames que são possíveis de solicitar, o  
255 que acontece é que eles não são nesse momento sendo solicitados e nunca puderam ser  
256 pelo serviço de atenção primária. Então quem pode solicitar nesse momento é o  
257 especialista, mas a gente entende que é um desafio ampliar esse acesso, o serviço de  
258 atenção primária com critérios para utilizar um recurso, pensar se custos para todos nós,  
259 seja bem regular. Então o próximo passo é disponibilizar esses exames para a rede com  
260 critérios claros. Com relação aos medicamentos que eu acho que também é pauta seu Ireño,

261 seu João. Seu Gilmar, enfim, acho que é um assunto tão importante que mesmo não sendo  
262 pauta oficial, eu imaginava que isso vinha, já tinha comentado, e vou pedir para depois a  
263 Rute, ela é Assistente Farmacêutica, se a Carol também quiser falar, tem uma questão  
264 política aí que a gente está implicando isso, não é problema de falta de pedido de compras,  
265 pelo contrário, um dos motivos apontados até é o excesso de pedido de compra, depois a  
266 gente vai esclarecer melhor. Com relação ao relato de seu Ireno, dos postos até as 22h, vai  
267 ser pauta, 60 dias, vai ser pauta aqui. A gente pode avaliar sempre, o que a gente tem no  
268 momento são dois e que o que eu posso dizer até agora é que a São Carlos em um mês de  
269 funcionamento teve mil consultas médicas nesse horário específico. Então acho que mostra  
270 uma medida acertada aí, as pessoas estão utilizando o serviço. Em relação ao seu Luiz, a  
271 gente agradece a documentação e vai atrás para visitar, estrutura e vamos ver o que está  
272 errado nisso. O Erno que está tratando mais disso diretamente com a direção do GHC,  
273 então talvez ele tenha um pouco mais de detalhes. Com relação aos atestados é algo bem  
274 importante trazido pela Maria Letícia, isso tem que ficar bem claro e acho que todos são  
275 conselheiros, como usuários, como profissionais, tem que divulgar entre seus pares e que é  
276 obrigação do médico previsto em código de ética fornecer atestado, e aí o período de  
277 afastamento ou apenas necessidade de comprovação da consulta, é a critério, com certeza  
278 é direito daquela pessoa que tem necessidade de afastamento ter o seu atestado no  
279 momento do atendimento. Isso foi uma coisa que já veio sendo trabalhada no passado, eu  
280 enquanto médico de atenção primária me preparei para essa realidade e me lembro de ter  
281 feito alguns levantamentos sobre atendimentos, fazer levantamentos de qual boletim, qual  
282 profissional atendeu e qual situação para notificar isso para os hospitais, tem uma instrução  
283 normativa, a Kátia lembrou bem aqui, o ano passado... Então tem até uma proposta de  
284 instrução normativa, mas achei uma combinação porque eu passei por uma lista de colegas  
285 aí da rede de atenção primária que tinha essa combinação de notificar a gerência e notificar  
286 a coordenação do HPS. Então se isso não está funcionando ou se isso não tem, não chegou  
287 de forma oficial, a gente vai oficializar, e é um compromisso nosso então de deixar isso bem  
288 claro, para que isso não aconteça e se acontecer a gente detectar para poder corrigir.  
289 Agradeço também a questão do recurso, se tiver alguma coisa que a gestão precisa fazer  
290 nesse sentido para trazer recurso para cá, por favor, nos avise. Com relação à Angélica de  
291 elogiarmos, a visita da semana passada foi da secretária, eu acredito que essa do dia 10,  
292 tem feito visitas também, a gente até em um momento pensou em fazer junto, mas parece  
293 que eles acharam melhor fazer em separado. Então vai, já confirmou, dia 10 é a Cosman.  
294 Eu registrei o pedido de visita a Santa Rosa, vou passar para o Thiago que é o Coordenador  
295 que está organizando as visitas. Com relação ao pedido de Sarandi, se não é um pedido  
296 acho que vale a pena repetir, reconhecer que houve alguns esforços aí, a comunidade  
297 levantou alguns imóveis, então elas fizeram a substituição da mudança, já que está em área,  
298 tem uma obra. A gente foi até lá para avaliar junto, me parece que a equipe a comunidade  
299 voltou atrás nesse momento, mas a gente está junto e, por favor, mantenha a notificação de  
300 tudo que está acontecendo e se está tendo alguma dificuldade com relação a isso. **Sra.**  
301 **Maria Angélica Mello Machado (Conselho Distrital Norte – Titular)** – E a reposição dos  
302 móveis vai ser repostos? **Sr. Pablo De Lannoy Sturmer (Secretário Adjunto de Saúde)** –  
303 Tudo está sendo avaliado, claro, tinha uma questão que foi colocada, tem móveis que  
304 ficaram inutilizados e se deixaram uma estrutura, não vai ser o móvel novo, mas certamente  
305 tem que ter condições de atendimento. Vou passar a Rute então para falar dos  
306 medicamentos. E aí se a Carol quiser complementar alguma coisa. **Sra. Rute**  
307 **(Coordenação da Assistência Farmacêutica)** – Boa noite a todos, meu nome é Rute,  
308 Farmacêutica da Coordenação da Assistência Farmacêutica. E conforme o secretário falou,  
309 esse mês nós tivemos alguns problemas de logística que a Carol pode detalhar depois,  
310 tivemos três feriados, conforme o farmacêutico da EMAT nos explicou, três feriados que  
311 atrasaram os trabalhos. E tivemos problema com a equipe de separação. Além disso, vocês  
312 sabem que nós terminamos de implantar um novo sistema nas farmácias distritais, que

313 agora fazem integração entre o estoque e a dispensação, e gerou um trabalho maior na  
314 EMAT para fazer a separação. Agora a separação de medicamentos que era feita pegando  
315 os produtos da prateleira e separando, tem que olhar o lote de cada uma das caixinhas,  
316 gerou um trabalho maior que claro, toda a equipe está, não é Carol? Se organizando para  
317 melhorar isso, mas enfim, é um período de adequação também. Então foi uma série de  
318 fatores, parece que teve problema com o transporte, enfim, informação da EMAT é que vão  
319 começar as entregas de medicamentos nas unidades agora na segunda-feira. Outra coisa  
320 importante para falar é que tivemos poucas faltas de medicamento esse mês, então as  
321 prateleiras realmente estão cheias, e aí é só o tempo de entregar nas unidades, teve  
322 unidade que nem recebeu o mês todo de abril. Eu não sei o cronograma de abril como é que  
323 foi, acho que nós podemos pedir mais informações para o almoxarifado. **Sr. Gilmar Campos**  
324 **(Conselho Distrital Lomba do Pinheiro)** – E cortaram pela metade a medicação, é aquilo  
325 que eu já tinha te falado, subiram para cortar, desde que não tenham sumido a da  
326 branquinha dela, só tinha regular e foi 20 só, hoje são 200 pacientes. **Sra. Mirtha da Rosa**  
327 **Zenker (Coordenadora do Conselho Municipal de Saúde de Porto Alegre)** – Plenário só  
328 um pouquinho, a gente não pode dá informe, amanhã tem a Comissão de Assistência  
329 Farmacêutica, a gente pode está cedendo para o senhor com maiores detalhes, mas agora  
330 é informe, não pode estar questionando. **Sra. Rute (Coordenação da Assistência**  
331 **Farmacêutica)** – Obrigada. **Sra. Mirtha da Rosa Zenker (Coordenadora do Conselho**  
332 **Municipal de Saúde de Porto Alegre)** – Só isso secretário? **Sr. Pablo De Lannoy Sturmer**  
333 **(Secretário Adjunto de Saúde)** – Só reforçando o que a Rute falou, a gente resolveu, foi  
334 resolver um problema e acabou nesse momento identificando que existe outro, a gente sabe  
335 ali que a questão da EMAT, está com uma condição que precisa acelerar, inclusive  
336 conversei com a Carol hoje sobre isso. Então tem medicamento, a gente está organizando o  
337 estoque para a gente saber, conhecer melhor o caminho do medicamento entre o estoque e  
338 a farmácia. Mas essa organização e essa quantidade gerou a pressão sobre o  
339 armazenamento que a gente não tinha estrutura no momento para isso, e a gente quer  
340 corrigir isso. Quero comentar que o seu Vendelino falou aí que as receitas estão vencendo,  
341 e aí eu acho que a gente tem que ver, até combinar com o pessoal da assistência  
342 farmacêutica uma questão de bom senso nesses casos, alguns dias porque ele veio e não  
343 tinha medicamento, de a gente tentar ver o que é que pode fazer nesse sentido, porque não  
344 dá para a pessoa ser penalizada duas vezes, penalizada porque não tinha medicamentos e  
345 penalizada porque quando tinha, a receita que foi dada no prazo certo não estava mais  
346 valendo, então a gente vai ver isso também. **Sra. Mirtha da Rosa Zenker (Coordenadora**  
347 **do Conselho Municipal de Saúde de Porto Alegre)** – Eu só preciso fazer um comentário  
348 antes de passar para a pauta. Nós tanto batalhamos para a compra de medicamento, deve  
349 ser cômico para não ser trágico essa situação. Há um almoxarifado cheio de medicamento,  
350 e as unidades que são da ponta sem medicamento, então isso é muito grave. Então vamos  
351 passar para a pauta, a primeira pauta é votação do prêmio destaque de 2017, esse é um  
352 prêmio que anualmente o Conselho Municipal realiza no dia do aniversário do Conselho  
353 Municipal é entregue a premiação, esse ano vai ser uma plenária ordinária no dia 18 de  
354 maio, a entrega dos prêmios que hoje nós conselheiros municipais vamos votar. Para quem  
355 não acompanhou, é realizado a indicação também pelos conselheiros municipais, e agora é  
356 o momento dos conselheiros municipais votarem. Por favor, Brígido. **Sr. Brígido Martins**  
357 **Ribas (Assessor Técnico do Conselho Municipal de Saúde)** – Comissão Eleitoral, por  
358 favor, o regimento foi aprovado aqui, se eu bem lembrar, tem três categorias e houve  
359 indicação, houve indicações de todas as categorias, só uma questão que ficou de fora, mas  
360 estava ligada a questão, a gente fez uma justificativa. Também só os titulares votam, se o  
361 titular não estiver hoje vota o suplente, mas não tem dois votos em cada crachá, é só um. E  
362 também que é bem importante para este ano é que para ser destaque de saúde tem que ter  
363 o voto dos conselheiros. Então das categorias que tiverem só uma indicação, que aconteceu  
364 alguns casos, se não tiver o número de 20% dos votos totais, aqui hoje eles são 41, então 8

365 votos, se não tiverem 8 votos, mesmo que seja o único a concorrer, não ganha como  
366 destaque, porque os conselheiros entenderam que não se destacou tanto assim. Isso foi  
367 aprovado no regulamento, então é importante que todos os conselheiros possam votar, se  
368 concordarem, isso é importante. Nós vamos ler então a ata da Comissão Eleitoral. **Sra.**  
369 **Jandira Roehrs Santana (Conselho Distrital Paternon)** – A ata então da Comissão  
370 Julgadora do Prêmio Destaque de Saúde 2017 – Conselho Municipal de Porto Alegre. Em  
371 02 de maio de 2017 das 15h15 as 17h30 estivemos reunidos os integrantes da Comissão  
372 Julgadora do Prêmio Destaque em Saúde 2017. Brigido Martins Ribas e João Alne Farias e  
373 Jandira Roehrs Santana. Falta justificada de Juliana Maciel Pinto que está em gozo de sua  
374 licença-prêmio. Na sala do Conselho Municipal de Saúde de Porto Alegre para a leitura e  
375 avaliação dos projetos, pessoas e instituições inscritas ao Prêmio Destaque em Saúde 2017.  
376 Tiveram 30 indicações distribuídas entre as 13 categorias. Das 30 indicações inscritas, 29  
377 foram selecionadas para a votação pelo plenário do Conselho Municipal de Saúde de Porto  
378 Alegre. A única não selecionada justifica-se pelo que segue: projeto Grupo Renascer  
379 vinculado a US Ponta Grossa, Gerência Distrital Restinga Extremo Sul, inscrito na categoria  
380 educação em saúde. A descrição do projeto se enquadra na categoria integralidade em  
381 saúde, com premiação já recebida na edição de 2016. Não categoria integralidade constam  
382 três indicações bem descritas que é o máximo, a Comissão Julgadora cumprindo  
383 prerrogativa própria recolocou algumas indicações em categorias distintas das colocadas  
384 pelos conselheiros, para que o melhor enquadramento e para minimizar as impugnações.  
385 Sendo o exposto, lavra-se essa ata que será assinada por toda Comissão Julgadora.  
386 Assinatura então de Brigido Martins Ribas, Jandira Roehrs Santana e João Alves Farias. **Sr.**  
387 **Brigido Martins Ribas (Conselho Municipal de Saúde de Porto Alegre)** – Nós fizemos  
388 então um resumo de todas as indicações, as 29 foram entregues então para os conselheiros  
389 se orientarem. Está no site disponível conforme o regulamento desde o dia 02, a gente pode  
390 acessar mais detalhes. Então na hora da votação, por favor, é um voto em cada categoria,  
391 se tiver mais de um voto vai anular o voto, é um voto em cada categoria e depois até as  
392 20h30 pode votar, colocar na urna, depois de encerrada a votação a gente vai contar os  
393 votos e dar o resultado ainda hoje. E a premiação como a Mirtha falou será entregue no dia  
394 18, dia do aniversário de 25 anos do Conselho. É importante esse prêmio, porque nós  
395 estamos vivendo um momento em que o SUS tem suas ameaças, ou por falta de  
396 financiamento, ou por falta de interesse político às vezes, então é importante reforçar, o  
397 controle social reforçar aqueles que defendem e que valorizam o SUS. Muito obrigado. **Sra.**  
398 **Mirtha da Rosa Zenker (Coordenadora do Conselho Municipal de Saúde de Porto**  
399 **Alegre)** – Obrigado Comissão Eleitoral pelo prêmio de 2017. Então a próxima pauta  
400 secretário é o incentivo financeiro estadual adicional a estratégia de agentes comunitários de  
401 saúde. **Sr. Pablo De Lannoy Sturmer (Secretário Adjunto de Saúde)** – Eu pedi ontem ao  
402 núcleo de coordenação que a gente incluísse essa pauta, como vocês devem saber, o  
403 estado publicou uma portaria o ano passado orientando, regulando o repasse desse  
404 incentivo, e condicionou a liberação dele a Lei Municipal específica. Então para a gente  
405 poder passar esses recursos para esses agentes comunitários a gente elaborou um projeto  
406 de lei e na questão da elaboração do projeto segue uma série de etapas, o nosso jurídico,  
407 depois foi a Procuradoria, depois da Procuradoria do Município. E o resultado, inclusive o  
408 que eu mandei ontem já foi um pouco modificado, mas eu não consegui achar a notificação,  
409 então a gente pode bater pela PGM. Então para vocês verem como é o que infelizmente o  
410 tempo maior que a gente leva e ainda precisa ser aprovado na Câmara de Vereadores. Até  
411 não sei se eu posso comentar a sugestão, essa foi uma alteração se eu não me engano  
412 proposta pela procuradoria, e aí teria que entrar na justificativa nesse momento ser  
413 repassado, e esse dinheiro poderá ser repassado. Eu não saberia dizer nesse momento  
414 todas as questões, porque têm muitas questões jurídicas, técnicas jurídicas aí, então se  
415 vocês apontarem sugestões que acharem importante de a gente incluir no projeto de lei  
416 antes dele ser enviado para a Câmara. Na verdade, o projeto foi assinado ontem, a gente



417 pode pedir que aquele projeto seja cancelado e enviar outro e a última descrição que é a  
418 Câmara de Vereadores, e quanto mais tempo a gente levar, mais demorará para os agentes  
419 comunitários receberem o seu incentivo. Esse aqui passou pela Procuradoria Municipal, eu  
420 tenho a projeção. O valor depende do que é repassado pelo estado, o valor é aquilo que  
421 vem para o estado dividido pelo número de agentes, e aí o estado usa critério de agentes  
422 cadastrados, número primário e mês de referência. Na verdade, o novo incentivo. **Sra.**  
423 **Mirtha da Rosa Zenker (Coordenadora do Conselho Municipal de Saúde de Porto**  
424 **Alegre)** – Por favor, desliguem as luzes aqui, porque a projeção está fraquinha. **Sr. Pablo**  
425 **De Lannoy Sturmer (Secretário Adjunto de Saúde)** – Eu recebi uma foto do gabinete do  
426 prefeito, tinha aquele texto que seria assinado e aí acabou sendo esse. Perguntaram se é  
427 exclusivo dos agentes, e eu não tenho certeza de que o incentivo tem esse nome, mas é  
428 nossa decisão passar para eles, se não me engano o incentivo a qualificação da estratégia  
429 de saúde da família... O incentivo financeiro adicional para o programa estratégia de saúde  
430 da família com agentes. E esse incentivo enfim, pode ser usado para qualquer, a portaria  
431 deixa em aberto para ser usado com qualquer questão relacionada ao trabalho dos agentes,  
432 mas recomenda fortemente que será uma complementação, um passe financeiro aos  
433 agentes, e a gente também deferiu por isso. Leio o projeto de lei? **Sra. Mirtha da Rosa**  
434 **Zenker (Coordenadora do Conselho Municipal de Saúde de Porto Alegre)** – Agora tem  
435 que ir para a leitura para abrir para a plenária, a plenária vai ter o momento para poder estar  
436 fazendo os seus comentários, e aí a gente vai votar, veio para a pauta porque tem a votação  
437 do plenário, aí quem vota são os conselheiros municipais. Então, por favor, a leitura  
438 secretário. **Sr. Pablo De Lannoy Sturmer (Secretário Adjunto de Saúde)** – Projeto de Lei  
439 ficou com o número 056 não é? 006. Autorizo o poder executivo municipal a utilizar os  
440 recursos repassados pela Secretaria da Saúde do Estado do Rio Grande do Sul referentes  
441 ao adicional a estratégia de agentes comunitários de saúde, ou estratégia de saúde da  
442 família como agente comunitário de saúde, como incentivo financeiro adicional e dá outras  
443 providências. Artigo 1º - Fica o poder executivo municipal autorizado a utilizar os recursos  
444 repassados pela Secretaria da Saúde do Estado do Rio Grande do Sul referentes ao  
445 adicional a estratégia de agentes comunitários de saúde, ou estratégia de saúde da família  
446 com agente comunitário de saúde. Com incentivo financeiro adicional para o programa de  
447 agentes comunitários de saúde. Artigo 2º - O montante do repasse será advindo do valor  
448 recebido do poder executivo estadual, conforme Portaria 391 de 08 de novembro de 2016.  
449 Parágrafo Único – O montante será atualizado conforme os instrumentos normativos  
450 subsequentes publicados pelo poder executivo estadual, referentes ao incentivo financeiro  
451 adicional efetivamente repassado ao município. Artigo 3º - O incentivo financeiro poderá ser  
452 repassado à integralidade aos agentes comunitários de saúde cadastrados no Cadastro  
453 Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES, obedecendo ao saldo disponibilizado pelo  
454 repasse. Salvo disposição em contrário em regulamentação ou normatização da Secretaria  
455 Municipal de Saúde. Parágrafo Único – O incentivo financeiro somente será pago aos  
456 agentes comunitários de saúde enquanto perdurar o repasse realizado pelo poder executivo  
457 estadual, cessando a obrigação da municipalidade em caso de término. Artigo 4º - O valor  
458 repassado por meio da presente lei não tem natureza salarial, não se incorporará a  
459 remuneração do agente comunitário de saúde, não servindo de base de cálculo para o  
460 recebimento de qualquer outra vantagem funcional. Artigo 5º - Essa lei entra em vigor na  
461 data de sua publicação. **Sra. Mirtha da Rosa Zenker (Coordenadora do Conselho**  
462 **Municipal de Saúde de Porto Alegre)** – Julio pode vir aqui fazer o uso. Quem mais se  
463 inscreve? Luiz já tinha inscrito. **Sr. Júlio Jesien (Diretor do SindiSaúde)** – Boa noite a  
464 todos e todas, Júlio Jesien, Diretor do SindiSaúde. Secretário, nós viemos aí há bom tempo  
465 numa demanda junto aos agentes de combate a endemias, e digamos que sejam os irmãos  
466 dos agentes comunitários de saúde, e a gente há bom tempo vem pleiteando esse valor que  
467 é repassado para os agentes comunitários que também seja passado de forma aos agentes  
468 de combate a endemias. Então a gente sabe que existe uma lei que é do estado que faz o

469 repasse, agora a nossa sugestão que os trabalhadores sejam tratados de forma equânime, e  
470 dessa forma que esses benefícios também sejam estendidos a 126 trabalhadores, bem  
471 como os agentes comunitários de saúde. Esse é o pedido nesse momento, é uma pena que  
472 a gente não pode movimentar os trabalhadores, que há bom tempo vem pleiteando esse  
473 mesmo benefício, que ele possa ser complementando pelo IMESF, no orçamento do IMESF.  
474 Obrigado. **Sra. Mirtha da Rosa Zenker (Coordenadora do Conselho Municipal de Saúde**  
475 **de Porto Alegre)** – Luiz. **Sr. Luiz Airton da Silva (Conselho Distrital Eixo Baltazar)** –  
476 Luiz, Conselho Distrital Eixo Baltazar. Na plenária anterior eu tinha falado sobre as duas  
477 portarias, sobre que relatava o incentivo, a 982/12 e a 391 entrou em vigor, está ali no  
478 projeto ali dia 08 de novembro de 2016. A questão que o Júlio traz ali isso é uma discussão  
479 a nível nacional que tem toda uma legislação para quem não está a par, que fala desses  
480 profissionais, eles têm uma legislação específica diferente de outros profissionais, que  
481 complementam a atenção básica. A questão do projeto em si no Artigo 3º, então como o  
482 outro conselheiro já tinha feito a fala, eu só vou reforçar, que o termo ali “poderá ser” seja  
483 trocado por será. E que seja retirada a frase ali: “salvo disposição em contrário e  
484 regulamentação ou normatização da Secretaria Municipal de Saúde”. Por que isso pessoal?  
485 Porque a gente sabe, a gente conversa com outros colegas de outros municípios, e isso,  
486 essa luta não é de agora que a gente está fazendo esse movimento, e outros colegas em  
487 outros municípios a gestão usa para outros fins, alega para compra de materiais, e a gente  
488 sabe, se vocês acompanharem a verba que vem da União, vem verba para outros que ele  
489 pode ser usado. Então por isso que está claro na portaria, ele sugere, porque isso aí essa  
490 portaria foi alterada pessoal, porque ali nessa 391 e essa parcela que eu falei na outra  
491 plenária, ela já está na conta do IMESF, a secretaria já passou. Então o valor antes a 892  
492 falava parcela única, e aí por qual motivo o estado trocou, porque a 391 fala em dividir em  
493 duas vezes. O valor para quem não sabe é R\$ 1.014,00. Então isso aí é um valor que é  
494 referente à Portaria 314/2014 de uma portaria federal, vem o incentivo de custeio para o  
495 agente comunitário de saúde para contratação pelo município. Então esse incentivo do  
496 governo federal para implantar os agentes comunitários de saúde, então ele ajuda nessa  
497 ajuda de custo para o município. E aí eles se baseiam, essa portaria se baseia no valor em  
498 cima dessa outra 314/2014. Então eu sei que já está na Câmara de Vereadores pessoal, e  
499 aí eu fico na dúvida, mesa e secretário, da coordenação do conselho, o que eu tinha essa  
500 era a minha dúvida anterior, passava por aqui o projeto, nenhum momento a categoria ou a  
501 representação da categoria foi chamada para a construção desse projeto, não teve esse  
502 diálogo com a gestão, e a gente queria muito isso, e por isso que esse era o receio da  
503 grande maioria de ter construído um projeto, a gente sabe que já está na Câmara dos  
504 Vereadores, e aí já fiz uma articulação com os vereadores para poder aprovar lá. Obrigado.  
505 **Sra. Mirtha da Rosa Zenker (Coordenadora do Conselho Municipal de Saúde de Porto**  
506 **Alegre)** – Qual é o artigo que você está mudando? Só para deixar claro que é um  
507 encaminhamento. **Sr. Luiz Airton da Silva (Conselho Distrital Eixo de Baltazar –**  
508 **Titular/Técnico)** – O Artigo 3º, então no Artigo 3º no incentivo financeiro, aí eu quero que  
509 troque poderá ser pela palavra será. E exclua o salvo na disposição em contrário e  
510 regulamentação ou normatização da Secretaria Municipal de Saúde. **Sra. Mirtha da Rosa**  
511 **Zenker (Coordenadora do Conselho Municipal de Saúde de Porto Alegre)** – Retirar a  
512 partir do salvo dispositivo? **Sr. Luiz Airton da Silva (Conselho Distrital Eixo de Baltazar –**  
513 **Titular/Técnico)** – Sim. A gente já sabe de outros municípios, já tem procedência de outros  
514 municípios que eles usam para outros fins, e isso aí a gente sabe que futuramente pode vim  
515 lesar o bolso dos agentes comunitários. **Sra. Mirtha da Rosa Zenker (Coordenadora do**  
516 **Conselho Municipal de Saúde de Porto Alegre)** – Obedecendo o saldo disponibilizado  
517 pelo repasse. É isto? **Sr. Luiz Airton da Silva (Conselho Distrital Eixo de Baltazar –**  
518 **Titular/Técnico)** – Não, obedecendo o saldo disponibilizado pelo repasse. A partir dali a  
519 palavra salvo em diante seja retirado. **Sra. Mirtha da Rosa Zenker (Coordenadora do**  
520 **Conselho Municipal de Saúde de Porto Alegre)** – Certo. Janete e depois a gente vai para

521 a votação. **Sra. Janete Mariano de Oliveira (Conselho Distrital Restinga)** – Boa noite a  
522 todos. Boa noite a mesa. Janete, Conselheira representante do Conselho Distrital da  
523 Restinga. O que eu gostaria de falar aqui, na realidade é que tem que ser aprovado, ele só  
524 tem que ser votado e aprovado, porque esse é o repasse para os agentes comunitários de  
525 saúde, ele veio como incentivo ao nosso trabalho, ao que nós fazemos na comunidade que  
526 foram grandes conquistas que a gente teve. Passinho de tartaruga e trabalhando nas  
527 condições que a gente trabalha, a gente faz milagres, a gente faz coisas muito boas. Então  
528 assim, é isso que a gente quer, é o reconhecimento, e esse dinheiro veio para nós, esse  
529 dinheiro veio para nós e não tem que ser usado para outra coisa. Porque para colete, crachá  
530 e tudo, já ganha, a gente já ganha, a prefeitura já ganha. Então esse é o incentivo para nós,  
531 nós temos esse direito, que a gente quer é que esse direito seja exercido, que ele seja  
532 votado para que a gente ganhe, porque sempre é uma novela para conseguir, não é de  
533 agora, essa novela já é antiga. Porque gente, em todo o lugar, porque muita gente pode  
534 pensar que o que eu vou dizer, em todo lugar, em todo serviço tem gente que faz e tem  
535 gente que não faz, e eu acho que a gente tem que pensar nas pessoas que fazem e dar  
536 valor, porque senão parece que querem que a estratégia saúde da família acabe, eu estou  
537 chegando a essa conclusão, desculpe. Uma boa noite, obrigada. **Sra. Mirtha da Rosa  
538 Zenker (Coordenadora do Conselho Municipal de Saúde de Porto Alegre)** – Carla e  
539 vamos encerrando. **Sra. Carla Albert (Usuária da US Modelo)** – Boa noite. Eu só achei o  
540 projeto sem nenhuma referência à legislação federal dos agentes que até em 2015,  
541 digamos, geralmente o projeto de lei tem considerando tal lei, considerando, e eu não  
542 visualizei isso nesse documento. Eu acho que também é uma forma de amarrar melhor as  
543 questões. Eu fiquei com uma dúvida, fala aí na Secretaria Estadual de Saúde e Secretaria  
544 Municipal, será que não seria o caso de Fundo Estadual de Saúde para o Fundo Municipal?  
545 Ou que entre a figura do IMESF, são questionamentos dessa lei. E eu não sei também se  
546 seria possível, não sei como funciona exatamente esse incentivo, mas se poderiam colocar  
547 períodos, por exemplo, garantir, o incentivo chegou nos cofres, fazendo um exemplo  
548 generalizado. Chegou nos cofres da prefeitura em fevereiro com incentivo naquele ano,  
549 dentro daquele período daquele ano seja repassado para os agentes. Aqui eu não vi nada  
550 nesse texto que fale se vai ser naquele mesmo ano ou vai ser depois, assegurar que chegue  
551 o dinheiro no ano que entra o dinheiro. Que eu não sei se acontecem atrasos, mas eu sei  
552 que tem municípios que acontece. E o segundo ponto, não, acho que seriam essas  
553 contribuições assim para qualificar o texto. É isso. **Sra. Mirtha da Rosa Zenker  
554 (Coordenadora do Conselho Municipal de Saúde de Porto Alegre)** – Carla, só se  
555 apresente. **Sra. Carla Albert (Usuária da US Modelo)** – Meu nome é Carla Albert, e eu sou  
556 Usuária do Modelo. **Sra. Mirtha da Rosa Zenker (Coordenadora do Conselho Municipal  
557 de Saúde de Porto Alegre)** – Eu estava aqui questionando o secretário, nós temos algumas  
558 contribuições. Agora o plenário vai ter que estar se posicionando, se o secretário leva de  
559 novo a resolução, a portaria é? Projeto de lei, não, é que aqui a gente não vai votar projeto  
560 de lei, a gente vai votar esse documento. Então é isso que a gente pode estar fazendo  
561 encaminhamento. **Sr. Pablo De Lannoy Sturmer (Secretário Adjunto de Saúde)** – Esse é  
562 o ponto para se discutir se a deliberação do conselho é com relação ao projeto de lei ou com  
563 relação ao recurso, de repente pode ser uma deliberação do conselho separada ao projeto  
564 de lei, ou se quer deliberar sobre o projeto de lei, sobre o texto do projeto de lei. Enfim,  
565 sugerir a alteração, que essa é a discussão que tem que ser feita. **Sr. Luiz Airton da Silva  
566 (Conselho Distrital Eixo de Baltazar)** – Vou contribuir então. Eu acho importante assim,  
567 em outros momentos a gente já aprovou, vamos dizer assim, até o Plano Municipal de  
568 Saúde, com ressalvas. Então a gente pode aprovar e com essas ressalvas e ser  
569 encaminhadas. Eu acho que por que como eu falei, já tem toda uma articulação na Câmara  
570 dos Vereadores e lá eles também podem contribuir com algumas ressalvas. Então acho que  
571 a gente, a sugestão e a solicitação é que seja encaminhado com essa ressalva para  
572 contribuir com a Câmara. **Sra. Mirtha da Rosa Zenker (Coordenadora do Conselho**

573 **Municipal de Saúde de Porto Alegre)** – Pode vir Terres. Então assim, eles falam e depois  
574 eu contribuo. **Sr. Alberto Terres (Conselho Regional de Serviço Social)** – Terres,  
575 Conselho Regional de Serviço Social. Eu acho difícil para o plenário se posicionar frente ao  
576 projeto de lei que é o projeto de lei do executivo, não é isso? É um projeto de lei do  
577 executivo, é difícil se posicionar, porque vai depender muito da ideia do gestor que o gestor  
578 quer fazer. Agora eu sugiro, eu não sei se o gestor está, estamos dispostos a fazer as  
579 alterações que aqui nesse conselho pode está, se o gestor está disposto a fazer isso é uma  
580 coisa, se ele não está disposto ele vai chegar lá e encaminhar do jeito dele. Então eu faço  
581 uma sugestão, se o gestor está disposto, que ele possa reunir com os sindicatos, por  
582 exemplo, o SindiSaúde que se manifestou, que são os agentes comunitários de saúde e  
583 construir uma proposta, e aí trazer a esse plenário, aí faz a discussão, se é sobre a questão  
584 dos recursos ou se é alteração no projeto de lei. Porque se o gestor, como é um projeto de  
585 lei do executivo, se o gestor não manda com convicção, e nós sabemos que o executivo que  
586 é a maioria na Câmara dos Vereadores, se ele não manda com convicção, chega lá é  
587 modificado pelos vereadores da base do governo. Agora se for construído aqui com as  
588 entidades, o gestor vai lá e diz: eu construí com as entidades, até pode trazer depois para  
589 conhecimento do plenário, eu acho que deve trazer para conhecimento do plenário dele  
590 construir com o conjunto dos sindicatos, está ok para vocês, aí o gestor vai para lá dizendo o  
591 seguinte: construí com os sindicatos e tem aprovação do conselho. Então a minha sugestão  
592 é que se faça essa articulação com as entidades aqui presentes e traga para o conselho a  
593 partir desse debate quem realmente conhece o processo. **Sra. Mirtha da Rosa Zenker**  
594 **(Coordenadora do Conselho Municipal de Saúde de Porto Alegre)** – O Conselho  
595 Municipal de Saúde de acordo com a lei, a portaria é a deliberação ou não do orçamento  
596 para os agentes comunitários. Mas isso é uma deliberação agora que o Conselho Municipal  
597 está fazendo de poder de sentar o gestor com os sindicatos para fazer os ajustes do projeto  
598 de lei. **Sr. Pablo De Lannoy Sturmer (Secretário Adjunto de Saúde)** – Até no fim a gente  
599 acabou ficando muito no texto do projeto de lei e eu esqueci, o ofício na verdade solicita a  
600 deliberação a cerca do repasse, e aí a gente, o conselho anexou um posicionamento, eu vou  
601 ler esse posicionamento que eu acho que facilita uma parte da discussão. Então  
602 posicionamento do gabinete da Secretaria Municipal de Saúde de Porto Alegre a cerca do  
603 repasse do recurso financeiro a estratégia de agentes comunitários de saúde e estratégia de  
604 saúde da família com agentes comunitários. Considerando a Portaria Estadual 398/2016 que  
605 cria o incentivo financeiro estadual adicional a estratégia de agentes comunitários de saúde,  
606 ou estratégia de saúde da família com agentes comunitários de saúde, informamos que o  
607 incentivo referente ao ano de 2016 será repassado aos agentes comunitários em  
608 conformidade dos trabalhos ativos atualmente, constituir equipe de saúde da família, e  
609 estavam cadastrados no CNES na competência de setembro de 2016, conforme portaria  
610 estadual. A portaria faculta o uso do recurso para variados tipos de suporte e estratégia de  
611 agentes. Mas por decisão da gestão municipal o montante de recursos será repassado  
612 integralmente como incentivo financeiro aos agentes comunitários, a fim de valorizar esse  
613 papel no fortalecimento da atenção primária da saúde. Comunicamos também que conforme  
614 exigência da referida portaria em seu § 1º do Artigo 3º a lei municipal específica para esse  
615 fim já está com seu projeto finalizado e será submetido a aprovação da Câmara dos  
616 Vereadores do Município de Porto Alegre. Então a portaria delibera, exige a deliberação  
617 quanto ao repasse. Se é interesse do conselho deliberar sobre, fazer a discussão e aí  
618 Terres, a gente está aberto para conversar, a gente não chamou antes e fez com certa  
619 agilidade, inclusive a ponto para ser modificado de ontem para hoje e a gente já ter pautado  
620 na plenária, porque depende da lei para a gente poder repassar. Então a gente tem que  
621 pensar, o plenário tem que pensar se vale a pena a gente rediscutir mais a fundo o projeto  
622 de lei nesse momento, se quer deixar, se quer fazer uma modificação junto à Câmara, e  
623 deliberar quanto ao uso do recurso, que nesse momento está enfim, tem o pedido de  
624 deliberação para ser passado integralmente aos agentes comunitários. São duas coisas

625 diferentes, só que a deliberação do recurso depende de aprovação da lei. **Sra. Mirtha da**  
626 **Rosa Zenker (Coordenadora do Conselho Municipal de Saúde de Porto Alegre)** – Então  
627 são duas decisões, que eu acho que é uma decisão do Conselho Municipal tem que estar  
628 deliberando aqui, e tem um encaminhamento. A deliberação é que se o Conselho Municipal,  
629 esta plenária é favorável ao repasse e incentivo financeiro estadual adicional a estratégia de  
630 agentes comunitários de saúde, dá para a gente votar, e um encaminhamento quanto  
631 plenária é que os sindicatos se reúnam com o gestor municipal para estar construindo e  
632 fazendo esses adendos que foram feitos pelo projeto de lei. Então é isso plenária? Então em  
633 regime de votação, quem é favorável ao repasse do incentivo financeiro estadual adicional a  
634 estratégia de agentes comunitários de saúde... Júlio só um pouquinho então que você não  
635 entendeu bem, a gente não está aprovando o projeto de lei agora neste momento, então os  
636 teus adendos vão ser numa reunião com o gestor, e é isso que ele consentiu e fez a fala  
637 agora. Entendeu agora? O que a gente vai votar é o repasse dos incentivos, ok Júlio? A  
638 gente está votando, agora vai ter o segundo momento que é na Câmara dos Vereadores, ou  
639 a votação do projeto de lei e antes de ir para a Câmara, vocês sindicatos vão sentar com o  
640 gestor para construir o projeto de lei, certo, é isso. E aí vai vim para consentimento para a  
641 plenária, depois para a plenária ter o conhecimento do projeto de lei que está indo para a  
642 Câmara dos Vereadores. Ok? O projeto de lei vai ser sentado com os sindicatos, com  
643 sugestões que foram feitas aqui no plenário para poder está conversando com o gestor. **Sr.**  
644 **Gilmar Campos (Conselho Distrital Lomba do Pinheiro – Titular)** – Se vai alterar, vai  
645 demorar para receber. **Sra. Mirtha da Rosa Zenker (Coordenadora do Conselho**  
646 **Municipal de Saúde de Porto Alegre)** – Vai vir para o Conselho Municipal para  
647 conhecimento e não deliberação do projeto de lei. O projeto de lei quem encaminha, é isto?  
648 **Interlocutora não identificada** – Eu acho só que tem uma questão que é importante sim,  
649 acho que essa sugestão do Terres de acompanhar com o sindicato, mas é uma coisa que foi  
650 trazida na plenária que tem outros segmentos que não é só o dos trabalhadores, os  
651 trabalhadores estão representados aqui também, e eu acho que o núcleo, pelo menos o  
652 Núcleo de Coordenação ou alguma comissão tem que acompanhar essa reunião, não só as  
653 representações sindicais que não são conselheiros, ou são, enfim, mas eu acho que tem  
654 que ter representação do conselho nessas sugestões de texto que foram discutidas aqui. **Sr.**  
655 **Pablo De Lannoy Sturmer (Secretário Adjunto de Saúde)** – Gente, a questão da  
656 deliberação com uso do recurso isso ficou claro que é uma votação. A outra questão do  
657 projeto de lei para mim não ficou claro que ela vai ser, vocês querem que a gente solicite a  
658 Câmara que retire o projeto para reavaliar, acho que isso tem que ter... O projeto foi  
659 assinado ontem. **Sra. Maria Letícia de Oliveira Garcia (Conselho Distrital**  
660 **Glória/Cruzeiro/Cristal – Titular/Técnico)** – Pessoal, é só uma questão de entendimento,  
661 na verdade o que veio para cá para ser votado pelo conselho, deliberado pelo conselho a  
662 Mirtha acabou de dizer, é o incentivo, porque o incentivo, o dinheiro, o recurso que é feito  
663 pelo governo estadual ele poderia ser usado para outra coisa. Então nós aqui com a nossa  
664 deliberação a gente garante que esse recurso vai vim para os agentes de saúde, é uma  
665 prática já que a gente teve aqui muitas vezes muito trabalho, inclusive para fazer valer que  
666 esse recurso ficasse na mão do agente de saúde. Então é importante que isso seja  
667 deliberado aqui. A segunda etapa é que o projeto é um projeto de lei, o projeto vai para lá, e  
668 aí esse debate que foi proposto pelo Terres, dá para se construir no momento, antes de ser  
669 votado o projeto, é isso, lá na Câmara. **Sra. Mirtha da Rosa Zenker (Coordenadora do**  
670 **Conselho Municipal de Saúde de Porto Alegre)** – Então entendido plenária? Então o que  
671 nós vamos votar aqui é a aprovação ou não do incentivo financeiro estadual adicional a  
672 estratégia de agentes comunitários de saúde. Então quem é favorável ao repasse de  
673 incentivo financeiro estadual adicional a estratégia dos agentes comunitários levante seu  
674 crachá. **Sr. Brígido Martins Ribas (Conselho Municipal de Saúde de Porto Alegre)** – 34.  
675 **Sra. Mirtha da Rosa Zenker (Coordenadora do Conselho Municipal de Saúde de Porto**  
676 **Alegre)** – 34 favoráveis. Contrários levantem seu crachá. Abstenção. Então esse plenário

677 aprovou por unanimidade o repasse dos incentivos. Pessoal, então parabéns para a  
678 plenária, e então agora o trabalho vai ser na Câmara dos Vereadores, e é mais um  
679 aprendizado para a gente poder estar construindo esses temas em conjunto. Então agora a  
680 próxima pauta é uma pauta que o conselho... Silêncio pessoal, só colaborar aqui com o  
681 silêncio. É uma pauta que o Conselho Municipal já tem trazido aqui em vários momentos, dia  
682 28 de abril foi o movimento de greve geral no Brasil, sobre a reforma previdenciária, o  
683 Conselho Municipal apoiou, colocou nota no Face, no twitter, e nós então chamamos o  
684 DIEESE e a OAB para vir fazer uma fala para os conselheiros sobre então, do que se trata  
685 essa reforma previdenciária? Então nós temos dois convidados, a Anelise Manganelli da  
686 DIEESE, e o Alexandre Triches da OAB. Então passo a palavra para a Anelise. Obrigada  
687 Anelise e Alexandre pela disponibilidade de vir aqui, eu não sei se você quer ficar aqui, se  
688 quer ficar de pé Anelise. Então seja muito bem-vinda e à disposição. **Sra. Anelise**  
689 **Manganelli (DIEESE)** – Boa noite pessoal, agradeço o convite da Mirtha. Vou está falando  
690 um pouquinho para vocês hoje. Esse material que eu trouxe é um material que a gente  
691 preparou lá no DIEESE, tem a colaboração de técnicos aí do Brasil inteiro, mas eu queria  
692 começar dizendo para vocês o seguinte, esse é um tema que precisa de bastante fôlego,  
693 precisaria de bastante tempo para falar de todos os impactos dessa reforma que está sendo  
694 proposta. Como exemplo eu posso dizer o seguinte, nós fizemos lá em São Paulo um  
695 seminário de dois dias que não teve nem intervalo para café e a gente não conseguiu  
696 esgotar o assunto. Então assim, hoje até vou pedir para a Mirtha dá uma controladinha no  
697 meu horário. A ideia é meia horinha. E a gente só falar dos principais elementos, que eu  
698 acho que podem servir de subsídio também, e a gente entende que vocês possam ser  
699 multiplicadores dessas informações e a gente também possa conversar um pouco, tirar  
700 dúvidas, esclarecer algumas questões. Então assim, o estágio hoje de votação da proposta  
701 de emenda constitucional tem se alterado nos últimos dias, o que a gente sabe é que houve  
702 um texto substitutivo da PEC 287 que foi a inicial proposta lá em dezembro de 2016. Esse  
703 texto substitutivo foi apresentado no dia 19 de abril, modificou muitas coisas, mas a essência  
704 da proposta não foi alterada. Então vou procurar já trazer isso atualizado desse texto  
705 substitutivo, mas vocês vão ver que os impactos não mudam tanto. De acordo com Rodrigo  
706 Maia, Presidente da Câmara, a ideia é que seja votada até 08 de maio, isso foi o que foi dito  
707 lá na semana passada, mas ontem já foi dada uma declaração que a ideia é que isso seja  
708 antecipado um pouco, porque a urgência agora virou a reforma trabalhista. Então  
709 provavelmente vocês estão acompanhando isso, então talvez fique para o segundo  
710 semestre, enfim, o que dá uma oportunidade para a gente debater ainda mais e se  
711 aprofundar dos prejuízos que ela traz. Então assim, lá no DIEESE a gente tem assim  
712 discutido muito esse tema, e a gente tem alguma segurança para dizer o seguinte: a  
713 proposta como ela está posta ela é uma reforma ampla, profunda e prejudicial. E por que é  
714 que a gente está tendo esse olhar sobre isso. Porque ela atinge os atuais e os futuros  
715 contribuintes, porque atinge todos os tipos de benefícios, então a gente está falando num  
716 regime geral da previdência, os trabalhadores da iniciativa privada e estamos falando do  
717 regime próprio da previdência que são os servidores públicos. Ela retarda o início do gozo  
718 da aposentadoria, e reduz os valores de benefício, e isso não se altera com esse substitutivo  
719 que algumas mídias aí vem tratando, que houve uma flexibilização beneficiando o  
720 trabalhador, continua reduzindo substancialmente os valores. E a ideia central é buscar  
721 aproximar um pouco mais os grupos populacionais como, por exemplo, as mulheres e  
722 homens que tinham a aposentadoria aí diferenciada, o objetivo do governo é justamente  
723 aproximar idade até ir igualando no futuro, é aproximar aposentadoria, tornar mais igual dos  
724 rurais com os urbanos, servidores públicos com os trabalhadores da iniciativa privada,  
725 professores de educação básica, enfim, com outros trabalhadores. E aí aqui o olhar que a  
726 gente tem que fazer quando há essa proposta de igualar esses segmentos populacionais, e  
727 se eles realmente são iguais, e conhecer um pouquinho da realidade de cada um deles.  
728 Então assim, além dessas proposições o que a gente vê aqui há um aumento também dois

729 anos da idade para o gozo do benefício assistencial que é aquele só concedido para  
730 pessoas com mais de 65 anos hoje, que ganhem menos que um quarto do salário mínimo  
731 per capita. Então a gente está falando de famílias realmente pobres. Então assim, o  
732 substitutivo traz que o limite seria 68 anos, a PEC inicial era 70, só a partir dos 70 anos,  
733 mantém a aposentadoria especial para o professor e policial que na proposta inicial estava  
734 alterado. E eles modificaram também com esses substitutivos do meio de abril, a regra de  
735 cálculo que antes era um cálculo que considerava quem ia requerer aposentadoria tinha  
736 garantido só 51% do valor do benefício e mais 1% para cada ano de contribuição. O  
737 substitutivo parte dos 70% e só que só garante para quem tiver no mínimo 25 anos de  
738 contribuição. E aí só vai receber aposentadoria integral no texto inicial era quem tivesse 49  
739 anos de contribuição e aí agora então se passou para 40 anos de contribuição. Não há  
740 motivo para comemorar e a gente vai ver em seguida. Além disso, fixa um pedágio na regra  
741 de transição de 30%, então todo mundo que vai estar na regra de transição, tem que  
742 trabalhar 30% a mais do tempo que falta para se aposentar, mantém essa carência dos 25  
743 anos de contribuição que já estava na proposta inicial e mantém os direitos dos  
744 trabalhadores rurais a benefícios de um salário mínimo com idade menor que o previsto na  
745 PEC. Essa questão dos rurais também é uma questão muito ampla e aí eu também não vou  
746 entrar em tantos detalhes aqui, mas eu vou deixar o material que está disponível para vocês  
747 consultarem. Rebate os valores dos benefícios e prejudica gravemente os servidores nas  
748 regras de transição condicionando o direito a aposentadoria integral com a paridade ou  
749 cumprimento de 65 anos e abre só uma exceção para os professores que seria 60 anos. E  
750 uma outra questão que a gente claramente identifica que há estímulos para as pessoas aí  
751 passarem para a iniciativa privada, procurarem uma previdência privada. As justificativas  
752 que têm sido dadas pelo governo é o seguinte, que a previdência é o maior item dos gastos,  
753 então o slogan inclusive é precisa reformar para preservar. O contexto que vocês já  
754 conhecem que é o contexto de ajuste fiscal, a gente está vindo de uma aprovação recente,  
755 que limitou os gastos públicos por 20 anos, excluindo toda parte financeira, ou seja, é dentro  
756 desse contexto que o governo está aprovando, na época que se discutia a Emenda  
757 Constitucional 95, que era a PEC 241 que fulminou nesse processo de limite de gastos, a  
758 gente já falava que se fosse aprovada, era só um gatilho para a reforma da previdência. E a  
759 gente vai ver o porquê, porque na verdade há uma disputa de orçamento, então o governo  
760 tenta ver uma maneira de dialogar e o que a gente precisa ter clareza é que quem é que  
761 está sendo penalizado dentro desse novo recorte de orçamento que se quer fazer. Outra  
762 justificativa do governo é que há um envelhecimento populacional, que a previdência  
763 excessivamente generosa, e aí sempre nos compara a outros países, eu trouxe alguns  
764 dados para compartilhar com vocês, e que existem distorções em relação aos benefícios  
765 pagos através do regime próprio da previdência dos servidores da iniciativa privada e por  
766 isso querer igualar. E aqui estão algumas críticas, que eu acho que isso é o que tem central,  
767 mas assim, provavelmente vocês já devem ter escutado na mídia, enfim, no jornal isso já  
768 passou em algum momento que é essa questão do déficit. Então o governo fala que não tem  
769 saída, a previdência é deficitária e considerando o envelhecimento populacional a gente  
770 precisa fazer a reforma. O que a gente precisa entender é que na nossa Constituição  
771 Federal de 88 há um trecho muito claro que regula a seguridade social. Então a nossa  
772 seguridade social é uma seguridade tripartite, no caso há um comprometimento do  
773 empregado, do empregador e também do governo através da arrecadação de impostos. E  
774 isso é para subsidiar não apenas da previdência a partir dos benefícios que são pagos, e  
775 sim também a assistência em saúde. É por isso que a gente tem esse processo tríplex. E  
776 como que é feito esse financiamento? Bom, a partir desse entendimento a constituição diz o  
777 seguinte olha, para poder garantir esses direitos de aposentadoria, assistência em saúde, a  
778 gente vai buscar uma fonte diversificada de financiamento, isso foi o que os constituintes  
779 planejaram. E aí essa ampla fonte de financiamento passa pela contribuição do trabalhador,  
780 passa pelo percentual dos empregadores ou o próprio estado com a sua parte patronal paga

781 sobre a folha de pagamento, a receita de faturamento e o lucro das empresas que é o  
782 COFINS e CSLL. Os concursos de prognósticos também são, é uma fonte de financiamento  
783 para o sistema de seguridade social, que são as loterias e apostas de qualquer natureza, e  
784 aquelas retenções também das importações de bens e serviços. O que é que o governo faz  
785 quando ele diz que tem um déficit? Na verdade, ele pega todos os benefícios que foram  
786 pagos e subtrai das fontes de recursos que se limitam a contribuição do trabalhador e do  
787 empregador. E aí dá o déficit, mas na verdade não é isso que está escrito na constituição,  
788 não é assim que se faz a conta, e tanto não é assim que qualquer um de vocês pode  
789 acessar o perguntas e respostas que está disponível no site da previdência social, e lá  
790 quando tem uma pergunta que é como é a fonte, como é o financiamento da seguridade no  
791 Brasil, e eles mesmos colocam essa multiplicidade que eu estou falando para vocês. E aqui  
792 eu trouxe só para mostrar, se a gente olhar o resultado das receitas e despesas da  
793 seguridade, a gente vê que a seguridade é superavitária em R\$ 11 bi, o último dado aqui é  
794 de 2015. E aí se a gente faz com essa conta que é o que eu falei, só considerando o que foi  
795 retido do trabalhador e da empresa menos o que foi pago de benefícios, tem um déficit.  
796 Então assim, esse déficit ele não é real por esses motivos que eu coloquei. Além disso, a  
797 gente nem está falando aqui de todas as desonerações que foram feitas a múltiplas  
798 empresas, daí a partir de uma política que não deu tão certo, e que também acabam  
799 reduzindo essa fonte de financiamento. E aí o governo sistematicamente diz o seguinte:  
800 bom, independente da discussão, nossa expectativa de vida está aumentando e a gente  
801 precisa olhar para experiências internacionais e entender um pouco que muitos países que  
802 já são mais velhos e enfim, já fizeram essas reformas. Só que para isso a gente precisa  
803 entender um pouquinho da realidade deles. O que é que eu trouxe aqui? Bom, primeiro é  
804 que para justificar essa conta de contribuição do trabalhador mais empresa menos tudo que  
805 foi pago, não é o que é praticado nos países que eles dão como exemplo. Então nós temos  
806 aqui alguns países que inclusive saíram em algumas reportagens a partir de agentes do  
807 governo que falaram, mostrando como que é a fonte de financiamento nesses países. Então  
808 vou pegar o caso extremo aqui que é a Dinamarca. O que esse gráfico está dizendo para  
809 nós é o seguinte: considerando as fontes de financiamento da seguridade da Dinamarca,  
810 75% é pago pelo governo a partir da arrecadação de impostos, 11% é pago pelo  
811 empregador, 8% é pago pelo trabalhador e 4% são outras fontes de financiamento. Então se  
812 a gente olhar aqui, esse gráfico traz bem que não é só o empregador e o trabalhador ou  
813 muito menos só o trabalhador que paga essa conta, e a experiência nos diz o contrário.  
814 Pode dar mais um enter aí só para aparecer um outro dado, que é em relação a expectativa  
815 de vida. Quando a gente olha também para essas experiências internacionais é importante a  
816 gente ter em mente o seguinte, o trabalhador lá nesses países desenvolvidos ele tem em  
817 média 6,2 anos a mais de expectativa de vida. Então quando a gente diz que a reforma aqui  
818 no Brasil ela é muito mais cruel, é por isso, é porque a gente vive muito menos então, como  
819 que a nossa idade vai ser igual a deles. E uma coisa que é claramente ignorada dentro de  
820 toda essa discussão, curta discussão, na verdade da reforma, é que não há nenhuma  
821 consideração em relação a saúde dos cidadãos, então assim, comparar uma qualidade de  
822 vida, comparar esses outros indicadores com essas experiências internacionais. Então  
823 assim, a PEC 287 é um substitutivo apresentado agora em abril, eles não lançam qualquer  
824 medida em relação a profunda injustiça tributária que existe no Brasil hoje. Em 2014 havia  
825 24 milhões de trabalhadores sem cobertura previdenciária e não há nenhuma alternativa  
826 dessa proposta que surge. Os valores de aposentadoria e pensão eles são baixos, a nossa  
827 última consulta que a gente fez em setembro de 2016, a gente verifica que dois terços dos  
828 benefícios pagos pela previdência tem o valor igual ou menor que um salário mínimo. Então  
829 essa excessiva generosidade a gente não consegue identificar em nenhum momento, o  
830 gasto com os benefícios do que o verificado em países desenvolvidos, e ali naquele gráfico  
831 a gente viu como é importante outras fontes de financiamento. Se a gente for ver, em  
832 relação ao PIB, por exemplo, a Dinamarca que eu falei para vocês, 30% mais ou menos é o



833 que eles gastam com previdência. Em uma trajetória de crescimento da produtividade do  
834 emprego e da remuneração poderia se aliviar esse processo de arrecadação para dar um  
835 pouco mais de fôlego para as contas da seguridade. O que é que eu quero dizer com isso?  
836 Incentivando ou pelo menos amenizando o impacto de desemprego, então a gente está  
837 garantindo o salário, as pessoas estão contribuindo, as empresas estão contribuindo, o que  
838 dá uma manutenção positiva para a seguridade. E o que há de mais perverso, não é  
839 pessoal, e isso está muito vinculado com a proposta de que limitou os gastos públicos por 20  
840 anos, que é que também desconsidera de toda essa conta, de toda proposta, o peso dos  
841 gastos com os juros. E aí nesse sentido eu queria compartilhar com vocês o seguinte, aqui  
842 tem esse gráfico pizza que tem o orçamento geral da União. 42,4% é tudo que se destina a  
843 pagar juros e amortizações da dívida. 22% é o que se destina a previdência. Então se vocês  
844 olharem para esse gráfico, é claramente pensando que há um grupo de interesses dentro  
845 desse processo, o que está mais ameaçando o gasto com os juros? A previdência, faz todo  
846 sentido fazer algum corte com esse processo de reforma de previdência. A outra questão é  
847 que os juros no Brasil hoje representam 8,5% do PIB, enquanto os benefícios  
848 previdenciários representam 7,5%, e ainda se a gente for olhar os benefícios como a  
849 assistência social, é 0,7% do PIB. Então quando a gente fala das pessoas mais  
850 necessitadas é justamente aqueles benefícios lá que está sendo colocado lá para 70 anos,  
851 no mínimo, onde a gente sabe que de acordo, se olhar para a regionalização do Brasil a  
852 gente vê que há locais que a expectativa de vida é muito abaixo. E aí aqui tem um gráfico,  
853 alguém pode está se perguntando: ok, gasta tudo isso com os juros e amortização da dívida.  
854 Mas quem é que está ganhando com isso? Quem são os detentores destes títulos  
855 remunerados por esses juros? Bom, aí aqui tem um gráfico que mostra um pouco os  
856 maiores detentores. Então a gente vê aqui em azul que 23% dos detentores dos títulos  
857 públicos estão nas mãos das instituições financeiras, em vermelho aqui 21% dos fundos de  
858 investimento, e 24% estão com os fundos de previdência, previdência privada, no caso pode  
859 ser aberto ou fechado. Então a gente vê que em 2016 também há um comportamento  
860 interessante do ponto de vista que eles passam a ser a maior parcela de detentores desses  
861 títulos. E aí necessariamente a gente se questiona, bom, alguém pode está pensando, tudo  
862 bem, mas esse negócio de reforma está cansativa essa conversa, os governos não se  
863 entendem, essa coisa da política hoje as pessoas repudiam, é um pouco também discutir a  
864 política, estão desacreditadas. Então alguém pode pensar: eu acho mesmo que tem que  
865 passar tudo pela iniciativa privada, e aí os bancos resolvem lá, eu faço o plano que eu  
866 quero, cada um contrata o que dá. Aí assim gente, quando alguém fizer esse pensamento, o  
867 que é que a gente precisa ter presente? Quando a gente fala de juro alto, a gente está  
868 incentivando o mercado financeiro. Então é claro que aqui eu estou fazendo assim, uma  
869 tradução bastante simplista, mas se dá um pouco de realidade, o que é que isso significa?  
870 Quando tem juro alto, e o Brasil é um dos juros mais altos do planeta, a gente  
871 necessariamente está fazendo com que o crédito fique mais caro, então as pessoas pegam  
872 menos empréstimo, estimula mais as pessoas a pouparem, porque vale à pena deixar o  
873 dinheiro no banco, na tua poupança lá, os teus rendimentos estão rendendo. Isso faz com  
874 que também esses agentes que controlam toda essa coisa da previdência privada, eles  
875 facilmente consigam atingir as metas atuariais, que é o mercado financeiro dar uma alta  
876 lucratividade para o dinheiro que está lá guardado que é para pagar os benefícios da  
877 previdência privada. Então do ponto de vista do indivíduo que está unicamente olhando para  
878 o sistema de previdência privada que ele vai contratar no Bradesco, no Itaú, em qualquer  
879 banco desses daí, ah, está bom porque vai aumentar o meu salário de benefício, eu vou  
880 precisar pagar menos todo mês. Porque o dinheiro vai render bastante lá no banco, então a  
881 meta atuarial vai ser cumprida facilmente, os caras vão poder me dar um salário maior.  
882 Ótimo esse pensamento, se ele não tivesse automaticamente atrelado por esse outro eixo,  
883 que quando encarece o crédito, eu desestimulo as pessoas a comprar, quando eu estimulo a  
884 poupança, eu necessariamente inibo o investimento na produção. Então as pessoas têm

885 menos interesse em ter empresa, empreender, as empresas não conseguem desovar os  
886 seus estoques, nisso necessariamente aumenta o desemprego, se eu não consigo vender,  
887 não vou conseguir contratar. E esse cara que está fazendo o pensamento altamente  
888 individualista, digamos assim, ele vai ter nem o salário para pagar a sua contribuição mínima  
889 lá no Itaú, no Bradesco. Então assim, é esse tipo de raciocínio que a gente precisa ter no  
890 momento que a gente vai apoiar ou não determinada reforma, determinada transformação  
891 da economia. O que a gente está falando, quando a gente fala da reforma da PEC 287 a  
892 gente está falando definitivamente de uma reconstrução, na verdade dá para dizer até de  
893 uma ruptura do pacto social, é para isso que a gente está olhando. E esses indicativos que  
894 vão nos jogando para a previdência privada também acabam sendo protagonizados pela  
895 própria agenda do secretário da previdência, que se a gente olhar a agenda dele, está  
896 disponível lá no site da Secretaria-Geral, a gente olha todo mundo que ele visitou nos dias  
897 que antecederam o lançamento da PEC 287. Então tudo isso aqui gente é só agente  
898 financeiro, é só previdência privada, é só banco, só instituição, ele podia está querendo uma  
899 opinião se a reforma dele está de acordo ou não. Mas o que deixa a gente um pouco  
900 intrigado é o fato dele só ter consultado as centrais no dia 05/12 que foi quando ele visitou  
901 as centrais e no dia 06/12 foi lançada a PEC. Então assim, não dá para conversar com os  
902 trabalhadores, não é a gente que produz, a gente não faz nada, realmente nós estamos aqui  
903 só como telespectadores desse processo. Uma outra coisa também que ratifica esse  
904 processo é que quando a gente olha de janeiro a outubro de 2016 o sistema privado captou  
905 R\$ 42 bilhões em novos recursos, uma alta de 21%. Então está dando certo. E essa questão  
906 de lançar a reforma e ficar ajustando isso, e aí muda uma coisa, muda outra, para nós é  
907 intencional, porque na verdade isso conhece todos os mecanismos democráticos, você tem  
908 os conselhos, você tem os espaços adequados para fazer o debate, e não propõe isso antes  
909 por quê? Porque assim você cria uma crise de confiança, porque toda hora muda, toda hora  
910 tem uma regra nova e as pessoas já encham o saco, ninguém mais quer saber desse  
911 negócio e vai passando, porque você dorme hoje e amanhã já acordou com tudo aprovado.  
912 Então assim, uma outra coisa também que diz respeito ao regime próprio de previdência é  
913 que houve uma alteração no texto que dizia que tinha exigências constitucionais que esses  
914 fundos de previdência fechados, teriam que ser administrados por, organizados por  
915 entidades públicas, foi retirado isso do texto na PEC. E no substitutivo não houve nenhuma  
916 alteração, o que eles incluíram é que teria que ser por licitação, enfim. Mas continua sendo  
917 um mercado que está sendo aberto, que é todo esquema de previdência privada do poder  
918 público para os bancos comerciais, enfim. Mas assim, em resumo, já atualizado pelo  
919 substitutivo, o que é que está mudando? Hoje a aposentadoria é por tempo de  
920 contribuição. **Sra. Mirtha da Rosa Zenker (Coordenadora do Conselho Municipal de**  
921 **Saúde de Porto Alegre)** – Anelise 5 minutos. **Sra. Anelise Manganelli (DIEESE)** – Por  
922 invalidez ou por idade. O que eles estão propondo é que em vez de ser 60 anos mulher e 65  
923 anos homem, vai ser 62 anos mulher e 65 anos homem. No caso dos rurais também tem  
924 uma mudança de mulher de 55 para 57 e homem para 60. Aqui no tempo de contribuição  
925 hoje é no mínimo 15 anos de contribuição, e aqui vai ser 25 anos de contribuição. No caso  
926 dos servidores é para ser 65 anos de idade homem, 62 mulher também, e aqui no caso os  
927 professores só que tem 60 anos e aos 25 anos de contribuição também. O cálculo, então o  
928 cálculo proposto é que o indivíduo parte lá dos 70% e aí tem uma progressividade a partir  
929 desses intervalos. Mas o que eu quero chamar a atenção é assim, eu vou deixar essa  
930 apresentação, e aí depois também dá para o pessoal acessar, a gente combina isso. Mas só  
931 chamar a atenção para o seguinte, hoje indivíduo para requerer aposentadoria e é  
932 considerado os 80% maiores salários. Então aquele salário lá do início de carreira, isso é  
933 desconsiderado para não baixar tanto tua média, e aí a ideia é que seja sobre todos os  
934 salários. Então por isso que a gente fala que haverá uma redução substancial, é só por isso.  
935 E aí se for considerado toda essa progressividade, agrava ainda mais. Mas assim, o que eu  
936 quero deixar como, acho que mais importante, a gente entender um pouco dos reflexos

937 disso na sociedade. Então assim, de acordo com os levantamentos que a gente fez lá no  
938 DIEESE, muitas pessoas não vão conseguir se aposentar por que quando a gente olha para  
939 a rotina de pagamento da previdência dos trabalhadores, 49% dos trabalhadores não  
940 conseguem fazer 12 contribuições mensais. Então por aí a gente já está falando que metade  
941 da população já tem essa dificuldade, imagina acumular 40 anos de contribuição, que é o  
942 que eles estão impondo. Os grupos mais atingidos necessariamente serão aquelas pessoas  
943 que estão em trabalhos com alta rotatividade, sazonalidade, os trabalhos mais precários, as  
944 mulheres domésticas. Então nesse sentido a gente também tem muita tranquilidade de dizer  
945 que haverá uma penalização sim maior para determinados grupos. As mulheres também  
946 têm mais dificuldade de acumular 25 anos de contribuição. As mulheres têm uma taxa de  
947 desemprego maior, as mulheres têm uma carga horária de trabalho maior, enquanto os  
948 homens trabalham em média nove horas por semana, no ambiente doméstico as mulheres  
949 trabalham 21, e por aí vai. Muitos municípios também as economias regionais vão sofrer  
950 com isso, 74% dos municípios possuem receitas com benefícios da previdência superiores  
951 ao fundo de participação dos municípios. Então o que a gente está falando com essa  
952 reforma é que a gente está retirando dinheiro da economia local, é isso que a gente está  
953 dizendo, as pessoas vão ter menos dinheiro para consumir. O que vai certamente ocasionar  
954 piora no desempenho das empresas e tudo que isso leva até culminar no desemprego.  
955 Alguns municípios os benefícios chegam a representar 30% do PIB, isso vai ter um estímulo  
956 também no êxodo rural que não tem incentivo nenhum para permanecer no campo. Não sei  
957 se todo mundo aqui sabe, mas tudo que a gente colhe aqui na cidade, 70% vem da  
958 agricultura familiar. E houve um pacto sim de sustentar os trabalhadores rurais no campo,  
959 porque são eles que fazem o nosso alimento, então a gente gosta de comer bom e barato,  
960 mas ninguém quer pagar para eles ficarem lá trabalhando sete dias por semana e de sol a  
961 sol, com problema na coluna e tudo isso. Então esse é o tipo, é a nossa sociedade, é o que  
962 a gente quer enquanto sociedade. Aqui também tem essa questão da corrosão da confiança  
963 da previdência que é o risco de quebra, então a gente fica com essa questão que o governo  
964 não traz nenhuma forma dessa reforma, apresenta, por exemplo, a reserva atuarial, essa  
965 reserva matemática que os planos de previdência então a gente está empurrando para a  
966 previdência, mas a gente não faz uma discussão nesse sentido, muito pelo contrário, e aí  
967 precisaria de mais um tempão aqui para falar com vocês e a gente fez um estudo analisando  
968 quais são os cálculos financeiros e atuariais que eles falam, e há muito descompasso nisso,  
969 eles usam um dado de receita superestimado e um dado de despesa superestimado  
970 considerando a expectativa de vida da população. A gente também tem uma dificuldade de  
971 permanência dos mais velhos no mercado de trabalho, então a gente está exigindo 40 anos  
972 de contribuição, e a gente precisa então saber se a CNI vai dar um indicativo que vai  
973 empregar pessoas com mais de 65 anos. Então assim, para finalizar gente, o que fica para  
974 nós com essa angústia de não ter feito o debate necessário para apoiar ou não apoiar uma  
975 reforma como essa, são dúvidas que eu coloquei aqui. O Brasil não consegue fazer uma  
976 reforma tributária que possa arrumar toda essa zona, digamos assim, que é onde o pobre é  
977 que paga mais, a gente não consegue fazer, a gente não tem essa maturidade. A gente não  
978 consegue promover crescimento econômico, seja até salvando determinados segmentos,  
979 dando algum apoio financeiro para empresas que estão passando por dificuldade, que  
980 garantam preservar os empregos, a gente não consegue fazer isso. Combater a sonegação  
981 também que representa mais ou menos 10% do PIB, rever as renúncias fiscais. O fim da  
982 DRU que desvincula o orçamento que deveria ser, que deveria garantir o pagamento das  
983 aposentadorias e cada vez a gente vê mais a desvinculação disso. E aí a última informação  
984 que eu queria deixar para vocês é o seguinte, além de todas essas questões e outras que a  
985 gente poderia ficar muito tempo aqui discutindo, tem essa aqui que é a questão da cobrança  
986 da dívida ativa. Esse dado é um dado bem recente, nós recebemos da Procuradoria Geral  
987 da Fazenda Nacional que fala um pouco da dívida das empresas com a previdência. Então  
988 assim, o governo fala, vocês devem ter ouvido lá martelando lá no Jornal Nacional que tem

989 um déficit de R\$ 151 bi. Todo mundo já deve ter ouvido esse número. Então se nós  
990 olharmos hoje a dívida ativa das empresas com a previdência, considerando as  
991 contribuições previdenciárias dos empregados, dos empregadores e outras, elas  
992 representam hoje R\$ 432 bi. As empresas devem R\$ 307 bi de COFINS, e devem R\$ 194 bi  
993 de PIS e CSLL. São R\$ 935 bi, eles falaram R\$ 151 bi. Então assim, a gente não consegue  
994 começar por aí? Por isso será conversando sobre essa reforma, vamos começar por isso  
995 aqui. Ah, tem muita discussão, é verdade, em relação ao próprio arcabouço jurídico,  
996 tributário, que é o entendimento, a JBS deve não sei quantos milhões lá, é, mas é que a JBS  
997 entende que não deve PIS e CSLL pela parte que ela exporta. O agronegócio do Brasil, o  
998 Brasil sendo considerado o celeiro não deve, não tem que contribuir para a previdência, para  
999 a seguridade, pensando lá na nossa constituição de 88. Então assim, essa discussão que a  
1000 gente precisa forçar que aconteça, porque os trabalhadores, então eu trouxe aqui a minha  
1001 conta de luz, eu botei aqui, eu pago COFINS na minha conta de luz, eu pago e eles não  
1002 pagaram, e eu que não vou me aposentar, ou pelo menos vou ter que trabalhar 40 anos  
1003 ininterruptos com uma rotatividade gigantesca. Bom, gente, finalizou. Pode dar enter, eu só  
1004 vou deixar aqui o site do DIEESE. Aqui é o site do DIEESE, tem um espaço aqui no site que  
1005 é só sobre a reforma da previdência. Então nós temos um livro que foi lançado recentemente  
1006 em parceria com a ANFIP, tem vídeo para quem não gosta muito de ler, dá para assistir os  
1007 vídeos, seminários. Então assim, todos esses temas que eu trouxe aqui para vocês têm  
1008 materiais específicos, então aí quero ver só sobre a questão atuarial, nós temos material que  
1009 trata disso. Visita lá e a gente também está à disposição, e também para as perguntas  
1010 depois. **Sra. Mirtha da Rosa Zenker (Coordenadora do Conselho Municipal de Saúde de**  
1011 **Porto Alegre)** – Depois vem às questões, acho que todo mundo vai olhar sua conta de luz  
1012 para ver quanto que a gente está descontando. Por favor, Alexandre. Então depois da fala  
1013 do Alexandre tem sindicatos e centrais sindicais aqui presentes, foi chamado um convite, foi  
1014 um convite para todas as centrais sindicais, para estar presente aqui na plenária. E então  
1015 assim, a gente vai dar também um tempo de fala primeiro para as centrais sindicais e para  
1016 os sindicatos, para depois abrir para a plenária, para fazer uma avaliação do dia 28 de abril.  
1017 Adoro falar 28 de abril, é meu aniversário. Então encosta aqui Alexandre. **Sr. Alexandre**  
1018 **Triches (Presidente da Comissão de Previdência Social da OAB/RS)** – Conselheiros  
1019 então uma boa noite. Quero cumprimentar aqui a presidente Mirtha, o Secretário Adjunto  
1020 Pablo, e transmitir para vocês aí um abraço do nosso presidente, eu venho representando a  
1021 OAB, a Seccional do Rio Grande do Sul, o nosso Presidente Ricardo Breier, o convite foi  
1022 endereçado a ele, ele não pode estar presente. Eu sou Presidente da Comissão de  
1023 Previdência Social aqui da OAB do estado. E é um órgão interno dentro da Ordem que  
1024 debate as questões previdenciárias. Ricardo é um Presidente super antenado nas questões  
1025 sociais, nos direitos sociais, então ele impulsiona muito os debates, das questões de saúde,  
1026 das questões envolvendo previdência, as questões envolvendo o idoso, são temas que são  
1027 muito debatidos dentro da Ordem, e dentro do possível se transformam em pauta da OAB  
1028 depois em outros debates para fora da entidade. Então eu trago uma blasfêmia então  
1029 presidente. Então eu cumprimento também a Anelise e cumprimento o DIEESE também, eu  
1030 tenho participado de algumas atividades juntos com o DIEESE. E acho que vocês têm sido  
1031 assim extremamente importantes nos momentos pelo qual perpassa, passa, trazendo esses  
1032 dados, essas informações, acho que junto com a ANFIP não é, as duas entidades que mais  
1033 tem brigado o Brasil inteiro para mostrar a verdade sobre esses custos da reforma. Enfim, eu  
1034 sempre venho preparado para uma eventual palestra anterior, porque eu sei que essa  
1035 palestra anterior acontece, logicamente que eu vou reduzir algumas coisas que eu tinha  
1036 programado para falar, porque o palestrante já comentou, principalmente dados, enfim, e eu  
1037 posso pontuar em cima do que já foi dito, logicamente concordando em boa parte das  
1038 questões e alguns pontos talvez discordando, e com todo respeito a exposição, mas em  
1039 linhas gerais com o mesmo entendimento. A OAB tem uma nota pública, tanto a OAB aqui  
1040 do estado, quanto OAB federal tem uma nota contrária a reforma da previdência, é

1041 importante que eu diga isso, ela fez uma nota contrária, então ela se manifestou ainda o ano  
1042 passado de forma contrária. E o argumento principal foi na linha do que a Anelise referiu, a  
1043 indignação com relação a falta de um debate prévio, não houve um debate prévio por parte  
1044 do governo com relação a essa reforma. O estado brasileiro é um estado muito grande, é um  
1045 estado muitas vezes irracional, ele precisa ser reformado, a nossa nota fala disso, porém  
1046 nós precisamos de uma agenda de reformas debatidas com as centrais sindicais, a partir  
1047 dos órgãos de classe, de partida daqueles que serão diretamente afetados pela reforma, e  
1048 isso não ocorreu. E acima de tudo nós precisamos, eu gostaria muito de dizer isso, é uma  
1049 questão que eu trago do ponto de vista pessoal, nós precisamos eleger quais são as  
1050 reformas prioritárias, já gostaria de começar provocando a todos nesse sentido, porque  
1051 vejam, a reforma foi apresentada, e praticamente todas as entidades se manifestaram de  
1052 forma contrária a ela, ainda em dezembro. Ela foi apresentada já num momento inoportuno,  
1053 não deu muito tempo, as outras entidades não conseguiram, chegou natal, e muito  
1054 provavelmente essa tática não é do governo atual, é de todos os governos, apresentar essas  
1055 mudanças importantes em momentos em que a sociedade organizada já está desmobilizada  
1056 em razão do período natalino. Mas enfim, entramos em janeiro, fevereiro, as entidades  
1057 começaram a discutir o tema, e praticamente todas essas, todas as entidades elas foram  
1058 contrárias, contrárias a reforma da previdência. Agora eu comentava com vocês a agenda,  
1059 da agenda de reformas. Nós temos que ter uma agenda de reformas e ver quais são as  
1060 reformas que devem começar a ser feitas e as que devem ficar para segundo plano. Porque  
1061 evidentemente que as reformas precisam ser feitas, mas mediante esse debate a gente  
1062 precisa entender o que é que precisa vir antes ou não. Vejam, o governo cedeu em muitos  
1063 pontos, o governo cedeu em muitos pontos. Se vocês olharem o substitutivo que foi  
1064 aprovado ontem, o substitutivo foi apresentado e já foi aprovado ontem, o governo cedeu em  
1065 muitas questões. Ele reduziu o tempo do rural, ele permite acumulação de aposentadorias e  
1066 pensões até dois salários mínimos. Ele reduz a idade mínima, pouco, mas reduz. Ele  
1067 garante a aposentadoria especial dos policiais, ele volta a atrás na aposentadoria dos  
1068 professores. E mesmo assim nenhuma entidade, olha que interessante, nenhuma entidade  
1069 para mostrar para vocês onde eu quero chegar, nenhuma entidade mudou a sua nota de  
1070 repúdio a reforma, ninguém que estava contrário a reforma passou a ficar a favor da  
1071 reforma, ou sequer mudou o posicionamento. Os jogadores continuaram os mesmos,  
1072 aqueles que estão contra estão contra, aqueles que estão a favor estão a favor. Por que isso  
1073 gente? Obviamente que há um primeiro plano antes de nós discutirmos qualquer questão de  
1074 técnica sobre a reforma, há o vício de origem, é imoral cobrar dos outros o que não se está  
1075 fazendo. Onde é que está a reforma política? 34 partidos, uma confusão danada, olha o que  
1076 aconteceu ontem na aprovação, na aprovação da Comissão Especial do substitutivo, se  
1077 trocou deputados que eram contrários, porque se tem a prerrogativa da legislação que se  
1078 pode recolher e botar um outro deputado favorável para votar a favor, deputado sentiu uma  
1079 convicção contrária e foram eleitos pelo povo. Como é que isso pode acontecer, como é que  
1080 você, como é que um ministro pode se desvincular de um ministério e voltar para o  
1081 parlamento para dar coró a proposta que o governo quer aprovar. Como é que o governo  
1082 pode usar dinheiro público para fazer propaganda no aeroporto dizendo que se não reformar  
1083 a previdência não vai ter dinheiro para o Bolsa Família. O dinheiro é público, é uma proposta  
1084 do governo, não é algo que já está valendo, é uma proposta de governança, e o dinheiro é  
1085 público e está na televisão e está no aeroporto, e está em todos os meios. Então vejam, eu  
1086 trago uma reforma para vocês que no mínimo seria prioritário com relação à previdência.  
1087 Mas segunda, uma reforma administrativa, vamos avaliar o custo da administração do Brasil.  
1088 Muitas vezes você encontra no mesmo setor duas pessoas fazendo a mesma coisa com  
1089 salários díspares, porque houve uma indicação política. Isso tem que ser discutido, e muitas  
1090 vezes a que ganha mais devolve parte do dinheiro para o partido. Isso é viável num estado  
1091 democrático de direito? Isso pode acontecer numa democracia que se diga séria? Qual é a  
1092 discussão sobre a estrutura da administração pública, como é que a gente vai debater a

1093 estrutura da administração pública que reforma administrativa, e lembro que a Emenda  
1094 Constitucional de 19 trouxe para a constituição o princípio da eficiência, o administrador tem  
1095 que ser eficiente, está na constituição no Artigo 37. Então trago uma segunda reforma que  
1096 talvez seria prioritária, uma terceira, uma reforma tributária. E a gente fala em reforma  
1097 tributária, e se vier alguns empresários já começam a dizer: não vem com reforma tributária  
1098 de novo. Eu não digo uma reforma tributária para aumentar a carga tributária, mas para  
1099 talvez resolver aquilo que a Anelise mostrou muito bem. Por que é que ocorre a DRU? Por  
1100 que é que o governo todos os anos chega a 30% do orçamento da seguridade e joga para o  
1101 orçamento com caixa único e utiliza esse dinheiro? Como é que há esses desvios? Juscelino  
1102 fez quando construiu Brasília, militares fizeram quando construíram as usinas nucleares, a  
1103 transamazônica, a ponte Rio - Niterói. E a história da previdência, nós temos de observar  
1104 desde 1923, mostram o histórico de desvios, usando o dinheiro social para custear o  
1105 econômico, sempre foi assim, não é novidade do Governo Temer, todos os presidentes  
1106 usaram dinheiro da pasta social para pagar empreitadas econômicas ditadas pelos órgãos  
1107 internacionais ou não. Normalmente ditada pelo mercado internacional. Então o que eu  
1108 queria dizer para vocês assim que eu acho importante, e outro ponto que Anelise referiu que  
1109 eu acho fundamental, eu acho que o nosso papel aqui o mais importante é realmente trazer  
1110 esse papel de propagação da ideia da reforma, contrária ou não, e aí cada um vai tirar sua  
1111 conclusão. Porque realmente assim, os meios de mídia estão nos sufocando em sentido  
1112 diverso, os jornais, os editoriais dos jornais. Os editoriais é uma coisa muito séria por sinal,  
1113 vocês podem observar que os editoriais os jornais que são a favor da reforma, eles são  
1114 verdadeiros indecisos, que eles não querem se queimar, eles sabem do que estão tratando.  
1115 Então eles começam dizendo que é fundamental a reforma para o país, e tem que reformar,  
1116 que o estado é muito grande, todo esse discurso que eu trouxe aqui no início. Mas aí no  
1117 decorrer do artigo ele vai mudando, ele diz que não pode esquecer do povo, mas a reforma  
1118 é importante, e fica um editorial assim meia boca, desculpe-me o termo, um editorial assim  
1119 mais ou menos. Mas no fundo do grupo a gente sabe que está favorável a reforma, grupos  
1120 principalmente da imprensa que estão favoráveis, todos os meios de imprensa. E que te  
1121 engana porque é sedutor o discurso do déficit, é muito sedutor o discurso do déficit da  
1122 previdência. Se não está um pouquinho informado, não está acompanhando de perto,  
1123 realmente você se seduz e começa a dizer que a previdência é deficitária, a gente lê muita  
1124 coisa errada nos jornais. Quando a gente começa a se interar um pouquinho mais sobre a  
1125 reforma, a gente começa a pegar os cadernos econômicos e começa a ver muita coisa  
1126 errada sendo escrita lá. Então o que é que me parece assim, a greve no aniversário da  
1127 presidente, presentão, a greve me parece, eu li a greve dessa forma gente, sabe, e não  
1128 tanto uma indignação do povo com relação à idade mínima, com relação ao fim da  
1129 aposentadoria especial, lógico, essas são as questões de fundo. Mas uma indignação com  
1130 uma questão que é fundamental, nós temos que ter uma agenda de reformas, e espera aí,  
1131 quais são as reformas prioritárias? Porque se o país tivesse política de estado, de estado e  
1132 não de governo, temos o secretário aqui, certamente ele deve ter assumido a pasta dele e  
1133 com a situação deve ter modificado completamente da gestão anterior, porque assim que  
1134 funciona do país, muda o governo, muda tudo, tem que começar do zero. Não se tem uma  
1135 visão de estado, se nós tivéssemos políticas de estado, nós teríamos uma agenda de  
1136 reformas, e aí teria legitimidade, nós sairíamos todos daqui aplaudindo a mudança da  
1137 previdência. Porque de fato mudou a pirâmide etária, de fato se vive mais, de fato tem uma  
1138 série de questões ali que são verdadeiras, o problema é a legitimidade de você aplicar aquilo  
1139 que a gente está vendo aí, não tem legitimidade, qualquer pessoa vê que não tem  
1140 legitimidade. Vejam outro fato que aconteceu ontem, muito sério, o governo no dia da  
1141 aprovação do substitutivo ele excluiu os policiais legislativos, certamente acompanharam,  
1142 que são vigilantes, quem já foi no congresso sabe, eles ficam ali cuidando apenas a ordem,  
1143 se der qualquer problema telefona para a polícia lá distrital, ela é habilitada, ela vem, e aí ela  
1144 faz a contensão e tudo mais. Então excluiu esses policiais na aposentadoria especial, tem

1145 categorias históricas sendo excluídas da aposentadoria especial. Porque agora a especial é  
1146 saúde, agora os trabalhadores da saúde para eles se aposentarem na especial não basta o  
1147 risco de exposição a agente biológico, e eu acho genial está falando isso aqui, porque é uma  
1148 das pautas, eu trabalho muito na condição de advogado nas questões envolvendo a saúde  
1149 em hospitais. E eu estou acompanhando este assunto bem de perto. Hoje o trabalhador no  
1150 hospital ele se aposenta pelo risco, na UTI ele tem risco de pegar uma meningite viral, de  
1151 pegar no bisturi, se cortar e contrair um HIV, há o risco, não é a efetiva contaminação, a  
1152 efetiva contaminação é o que não se quer, esse é o objetivo da aposentadoria especial,  
1153 vamos tirar o cidadão mais cedo do mercado de trabalho para que ele não se contamine,  
1154 que nem o mineiro, vamos tirar o mineiro mais cedo, 15 anos a aposentadoria do mineiro,  
1155 para que ele não pegue um câncer de pele. Essa é a lógica da especial, proteção a saúde,  
1156 essa é a lógica. Quer dizer, a mudança o que é que ela faz, a mudança ela diz que a partir  
1157 de agora os trabalhadores da especial para se aposentarem na especial tem que comprovar  
1158 o efetivo dano a saúde, ou seja, o trabalhador do hospital tem que pegar um HIV, o mineiro  
1159 tem que contrair o câncer, senão não se aposenta na especial. É uma coisa que não dá para  
1160 acreditar, é um absurdo. E aí o policial legislativo também. Cadê a equidade gente? E aí o  
1161 outro dia vem os policiais, vem o pessoal da SUSEPE, os agentes penitenciários, que  
1162 convenhamos, é uma atividade penosa, muitos terminam com transtornos psiquiátricos, e  
1163 foram excluídos por um telefonema do Ministro Chefe da Casa Civil, se vocês  
1164 acompanharam foi isso que aconteceu, não tem como conceder mais. Então vejam que  
1165 interessante, aquele discurso inicial que foi dado de exemplo, qual é o objetivo da reforma?  
1166 Precisamos igualar todo mundo. E aí eu vou pedir licença só para mostrar aqui no quadro o  
1167 que é que na verdade o governo quis fazer com o igualar. Nós temos a nossa seguridade  
1168 social, a nossa seguridade social e nós temos basicamente dois regimes públicos de  
1169 previdência. O regime geral de previdência social e o regime próprio, os regimes próprios de  
1170 previdência social. Lá no fundo a previdência privada, que não tem muito a ver com o nosso  
1171 regime público. Por que é que não tem muito a ver, os de cima são públicos, esses feitos  
1172 pelos trabalhadores da iniciativa privada e esse para os servidores públicos, são  
1173 compulsórios, quem trabalha no Brasil tem que está incluindo em algum deles, então eu  
1174 assinei a carteira, pago em RGPS, fiz um concurso, sou efetivo no cargo público, pago o  
1175 meu regime próprio. Regime próprio vai ser conforme o ente, se eu vou estar com a União,  
1176 regime próprio da União, se for os estados, o regime próprio do estado, aqui no caso é o  
1177 IPERGS, se for município de cada município, Porto Alegre é o PREVIMPA. Pague e tem sua  
1178 aposentadoria longe do INSS, sua aposentadoria está naquele regime próprio. Regime geral  
1179 todo mundo no nosso famoso INSS. As regras entre um regime e outro são bem diferentes,  
1180 porque o regime próprio ele vem num movimento antigo já de reformas, de diversas  
1181 emendas constitucionais que alteraram seus regimes próprios, porque vem desde o tempo  
1182 do Brasil Imperial ainda, o pessoal trabalhava para o império, então tinha uma relação com o  
1183 poder público que foi evoluindo, não tinha custeio, depois passou a ter custeio. Depois de  
1184 algumas reformas, e quem é servidor público sabe, Emenda Constitucional 20, Emenda  
1185 Constitucional 47, hoje o sistema está muito parecido. Mas o objetivo do governo era igualar  
1186 todo mundo, regime próprio do regime geral e dentro dos regimes próprios e regimes gerais,  
1187 dentro deles também as discrepâncias. Então professor antes, igual, não é mais, trabalhador  
1188 de hospital igual, todo mundo igual, essa é a tendência do mundo, dizia o governo na  
1189 proposta da reforma. Então a ideia era equidade, um princípio para o direito muito valioso,  
1190 equidade é o princípio da justiça, princípio da igualdade, todos têm que ser tratados iguais  
1191 perante a lei. Esse era o fundamento do governo. Vejam a colcha de retalhos que virou,  
1192 colocou o policial legislativo, colocou o agente penitenciário e uma série de concessões que  
1193 fez, aí os policiais civis agora entraram, mas os professores ficaram com uma regra  
1194 diferente, quer dizer, os militares não entraram na mudança. Então tudo isso me parece que  
1195 não tem como a gente concluir de outra forma gente, essa reforma não pode ser aprovada,  
1196 ela tem que ser suspensa, tem que ser reprovada pelo nosso congresso, seja agora na

1197 Câmara semana que vem, ou se for postergada, ou no Senado. E nós temos que iniciar um  
1198 outro debate. Eu tenho uma posição, é uma posição minha, que acho que tem muitas coisas  
1199 que precisam ser ajustadas. Lógico que toda reforma que for apresentada pelo poder público  
1200 vai gerar insatisfação, porque se ela mexer com os meus direitos eu não vou gostar, então é  
1201 inerente que uma apresentação de uma reforma ela gere satisfação, por isso que ela deve  
1202 ser feita com respeito e com debate. A Inglaterra aprovou uma reforma gente alguns anos  
1203 atrás que após aprovada ficou combinado, ficou previsto na reforma que os efeitos  
1204 passariam a valer dali a 15 anos, isso é respeitar, não é nem o direito adquirido, é respeitar  
1205 a expectativa do direito, aquele cidadão que está chegando no momento da aposentadoria,  
1206 e aí de repente as regras todas mudam e ele tem que trabalhar mais 10 anos. Então isso,  
1207 porque o direito adquirido a gente tem, quem tem o direito hoje, mesmo que não tenha  
1208 postulado na previdência, não tenha feito o pedido, se a reforma sair amanhã ele não tem o  
1209 direito, se o INSS não garantir, o judiciário vai garantir, direito adquirido é respeitado no país,  
1210 agora expectativa de direito não, salvo se a regra prever uma regra de transição. E às vezes  
1211 prevê uma regra, mas mesmo assim não enquadra, e eu me sinto prejudicado. Estou  
1212 encerrando já. Tudo isso, por outro lado a Grécia aprovou, discutiu uma reforma alguns anos  
1213 atrás e não aprovou, o governo foi as ruas, a população foi as ruas, soltou bombas e tal e  
1214 acabou não aprovando a reforma, alegando que deveria ter um plebiscito, inclusive o  
1215 presidente foi quem pronunciou e tal, cortou aquela inscrição com relação ao ajuste fiscal.  
1216 Os poucos minutos que me restam eu queria trazer um outro ponto também para colaborar,  
1217 já que a ideia da gente aqui é essa. Lógico, a gente sabe que existe uma questão por de trás  
1218 da reforma, e não é um teste, todo mundo já sabe que não é um teste. A questão por detrás  
1219 da reforma é a pizza que a Anelise mostrou, o Brasil tem um desajuste fiscal grave e tem  
1220 uma dívida pública muito elevada. A forma, uma das formas de resolver o problema da  
1221 dívida pública, de reduzir os juros dessa dívida pública, é mostrar para o mercado  
1222 internacional que o país está comprometido com a redução do tamanho destaque, é mais ou  
1223 menos como vocês estão endividados no banco e querem fazer um novo empréstimo, a  
1224 forma de vocês mostrarem para o banco que pode pegar o empréstimo é retirar o nome do  
1225 SPC, aí o banco vai emprestar o dinheiro. O Brasil a mesma coisa, se nós começarmos a  
1226 reformar, reformar, reformar e reformar, independente dos interesses que estejam por trás e  
1227 que, não há dúvida, ele sabe que sempre houve, Brizola não estava errado, tem o interesse  
1228 sempre do mercado internacional, a gente não pode dizer que não. Mas mais do que isso,  
1229 você começa a remodelar o estado, aumenta o grau de investimento do país, o investidor  
1230 vem mais para cá, reduz o próprio juro da dívida, porque o juro está relacionado ao risco do  
1231 calote, se o mercado internacional vê que você está reformando dá para reduzir o juro, você  
1232 rola a dívida mais barata, essa é a lógica do Governo Temer. E é uma lógica razoável, não  
1233 dá para não pagar a dívida. Agora eu passo, falo dela passando por tudo que eu falei antes,  
1234 nós temos que ver aonde vamos cortar, aonde a gente vai cortar. Vejam que o governo  
1235 ontem, isso me chamou a atenção, ele incluiu os policiais legislativos, refletiu na bolsa hoje.  
1236 Claro, repercutiu na bolsa hoje, o Brasil está recuando na reforma, o Governo Temer está  
1237 perdendo espaço, o mercado internacional está de olho, está de olho. Além da questão que  
1238 Anelise falou muito bem, claro, também de olho pelas fatias que poderão ser absorvidas,  
1239 mas também por essa questão, hoje está tudo interligado, a gente não pode negar isso, está  
1240 tudo interligado. Por isso que eu acho que a questão é muito mais moral nesse momento do  
1241 que jurídica. A situação que a gente está vivendo no país e as coisas que a gente tem visto,  
1242 assim, a falta de perspicácia de se enxergar o que o povo está pensando e as coisas como  
1243 estão acontecendo, e a realidade é aplicar aquilo que não se faz, eu acho que é isso que a  
1244 gente tem que reforçar. E aí sim chamar a CUT, chamar OAB, chamar a CNI, chamar  
1245 qualquer outra entidade para a gente elaborar um projeto de reforma para o país, mas que  
1246 seja do interesse do povo, discutida pelo povo. Aí tenho certeza que o governo vai aprovar  
1247 uma grande reforma da previdência, eu não tenho dúvida disso. Está bom gente, era isso,  
1248 obrigado. **Sra. Mirtha da Rosa Zenker (Coordenadora do Conselho Municipal de Saúde**



1249 **de Porto Alegre)** – Já inscrevi o Igor do CTB, Júlio do SindSaúde, tem mais algum sindicato  
1250 ou central sindical? **Sr. Igor (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil -**  
1251 **CTB)** – Boa noite a todas e todos. Sou o Igor, sou da Direção da Central dos Trabalhadores  
1252 e Trabalhadoras do Brasil – CTB. E começo saudando a iniciativa desse debate necessário,  
1253 fundamental. Aqui eu falo de um setor extremamente organizado da sociedade, um setor  
1254 que atua, são conselheiros do Conselho Municipal de Saúde. E pergunto para vocês de  
1255 quantos debates vocês participaram, portanto organizado e, portanto, bastante bem  
1256 informado da política do país. De quantos debates vocês participaram da reforma da  
1257 previdência? Aqui talvez seja o primeiro que vocês estejam participando, e é um setor  
1258 organizado, um setor reformado da sociedade. Agora imagina, o companheiro ali participou  
1259 de dois, muito bem, parabéns, o senhor está bem engajado. Agora você imagina a maioria  
1260 da população, não está nem entendendo toda essa agenda que está colocada. Então a  
1261 questão da legitimidade aqui pela falta de debate está muito clara, agora também é muito  
1262 claro, outro elemento que não dá legitimidade para isso, quer dizer, nós precisamos dizer  
1263 muito claramente aqui que esse governo não tem legitimidade e não foi eleito pelo voto  
1264 popular, foi eleito por uma canetada do Congresso Nacional. Então quer dizer, não foi eleito,  
1265 foi eleito por um golpe, nós estamos vivendo um estado de exceção. E, portanto, a  
1266 legitimidade esse governo para propor qualquer mudança é nenhuma, é zero. Mas aí  
1267 falando para falar da questão da greve, nós temos uma mudança aqui, a greve ela sinalizou  
1268 uma mudança da conjuntura e da mobilização do povo, porque vocês não tinham um setor  
1269 da sociedade iludido ou que acreditava que a queda da Dilma representaria uma mudança,  
1270 tem uma grande parte do setor que veio para o lado da luta e percebeu o que é que se trata,  
1271 do que é que se trata essa agenda pós-impeachment ou como nós chamamos, pós-golpe. É  
1272 uma agenda que está em resumo aqui transformando o estado nacional num esquema de  
1273 transferência de renda, de riqueza, as mudanças todas elas caminham para esse sentido,  
1274 quer dizer, a gente está transformando o estado nacional em um esquema de transferência  
1275 de riqueza, nossa riqueza, riqueza da população, riqueza da indústria, enfim, para o setor  
1276 financeiro, e isso foi muito bem-dito aqui na exposição. E transformar o país numa colônia, o  
1277 que está em jogo aqui é a recolonização do país, quer dizer, a perda da soberania nacional,  
1278 e por fim, além disso, por ser uma colônia, a nossa mão de obra e mão de obra escrava. O  
1279 que está em jogo aqui companheiros é a revogação da Lei Áurea, é a revogação da Lei  
1280 Áurea, isso não é exagero, nós temos um projeto de lei, pode dizer assim olha: ah, o Igor é  
1281 um exagerado, está fazendo uma retórica, é um projeto de lei que está colocado na Câmara  
1282 para aprovar que seja trocado, possa ser possível trocar o trabalho por comida e moradia no  
1283 campo. Está lá, projeto de lei, é verdade. Então quando eu falo de escravidão, eu estou  
1284 falando escravidão, quando eu falo em revogação da Lei Áurea não é exagero retórico de  
1285 sindicalista, é isso mesmo. Quer dizer, é transformar a mão de obra em mão de obra  
1286 escrava, e aí pelo total fim de sindicato, uma série de coisas que representam isso, quer  
1287 dizer, o trabalhador fica completamente refém da patronal e é isso. Se receber um prato de  
1288 comida está bom, é nisso que nós queremos reduzir o trabalhador brasileiro, recebeu um  
1289 prato de comida, ai que bom que o meu patrão está dando um prato de comida, pelo menos  
1290 eu tenho o que comer, é isso que eles querem que o povo pense. E o povo não está  
1291 gostando disso, o povo está percebendo, não está gostando disso. Então quer dizer, isso foi  
1292 o sinal da vitória, foi o segredo do sucesso da greve geral. Nós tivemos a maior greve geral  
1293 da história desse país, a mídia pode querer reduzir, o governo pode querer reduzir o papel  
1294 da greve, mas eles não puderam deixar de falar, a Globo por mais que queira esconder, eles  
1295 fizeram a cobertura durante todo dia 28 de abril, contra a vontade deles, vocês acham que  
1296 eles queriam cobrir a greve, mas eles não tiveram outra saída, eles tiveram que cobrir,  
1297 porque nós realizamos a maior greve geral da história desse país, são 34 milhões de  
1298 trabalhadores que paralisaram suas atividades naquela greve. Então para concluir, esse é o  
1299 elemento que nos dá alguma esperança nesse momento, que é um momento extremamente  
1300 difícil na história do país. Eles não conseguiram melhorar a vida da população depois do

1301 golpe, não conseguiram, muito pelo contrário, está piorando, os indicadores econômicos  
1302 estão piorando, a vida da população está piorando e a população está percebendo isso. E  
1303 isso é um elemento de mobilização, isso é um elemento de mobilização. Para finalizar  
1304 mesmo, hoje teve reunião das centrais, tem um indicativo de marcha a Brasília, tem um  
1305 indicativo de marcha a Brasília, vamos ocupar Brasília, não foi definido ainda a data, vai ser  
1306 divulgada a data, é importante nesse momento, conselheiros e conselheiras, todos os  
1307 cidadãos e cidadãs, os nossos deputados precisam ser pressionados, essa pressão aos  
1308 deputados está dando efeito, está fazendo efeito, porque tem uma diferença concreta, por  
1309 mais que deputado seja salafrário, enfim, ele foi eleito pelo voto, é diferente do Temer, ele foi  
1310 eleito pelo voto e ele quer voltar para lá, quer dizer, ele quer ser reeleito. Então tem  
1311 deputado da extrema direita, o Afonso Hamm, por exemplo, do PP votou contra a reforma  
1312 trabalhista, votou contra a terceirização, porque ele está vendo que se ele votar a favor, não  
1313 é porque ele é bonzinho, mas ele está vendo que ele pode não voltar para lá, e tem outros  
1314 deputados que podem ter esse mesmo pensamento, tem o José Fogaça, por exemplo, que é  
1315 do centro, direita e tal, que é do PMDB e é do governo do Temer, que votou contra a  
1316 terceirização, votou contra a reforma. Isso não é porque eles são bonzinhos, é porque eles  
1317 estão percebendo que eles podem perder a sua vaga na próxima eleição. Então quer dizer,  
1318 é importante nesse momento pressionar os deputados, quem tem contato no interior com  
1319 organizações do interior, é importante fazer essa pressão interna onde os deputados são  
1320 bem votados, fazer mais debates sobre reforma trabalhista, reforma da previdência no  
1321 interior, em todos os lugares que forem possíveis, porque nós precisamos fazer com que os  
1322 deputados percebam que vão se dar mal se votarem contra os trabalhadores, votarem  
1323 contra a população. É um indicativo importante de que essa pressão da greve geral já fez  
1324 resultado, o Senado Federal colocou uma consulta pública para ser votada pela internet para  
1325 votar a favor ou contra a reforma trabalhista. Também não foi falado aqui, mas faz parte  
1326 dessa agenda que é preocupante, enfim, é uma tragédia, o trabalhador faz parte dessa volta  
1327 a escravidão. Então é importante votar também nessa consulta pública porque o Senado  
1328 Federal está dizendo com essa consulta pública que está a fim de ouvir a população, então  
1329 a população precisa se manifestar. Até onde eu vi no final da tarde de hoje já tinha 100 mil  
1330 votos contra a reforma trabalhista, contra 3 mil votos a favor. Quer dizer, a própria consulta  
1331 já demonstra que a maioria esmagadora da população é contra essas reformas. Então acho  
1332 que é o sinal, nós temos que fortalecer a mobilização, todos a Brasília, todos incomodando  
1333 os deputados porque como nunca antes na história desse país a nossa manifestação é  
1334 importantíssima. Precisamos lutar contra essas reformas. **Sra. Mirtha da Rosa Zenker**  
1335 **(Coordenadora do Conselho Municipal de Saúde de Porto Alegre)** – Obrigado Igor. Júlio.  
1336 **Sr. Júlio Jesien (Diretor do SindiSaúde)** – Pessoal, boa noite eu já dei. Primeiramente eu  
1337 quero dizer o seguinte, eu participo nas contribuições do conselho, muito ligado aos  
1338 trabalhadores, que eu acompanho, e luto muito pelas dificuldades que a gente enxerga.  
1339 Nessa lógica eu pergunto para vocês que eu particularmente me orgulho muito desse  
1340 Conselho Municipal de Saúde, e vou dizer para vocês o porquê disso. Nós estamos agora lá  
1341 em Canoas, provavelmente alguns de vocês vão muito, de uma luta ferrenha envolvendo a  
1342 prefeitura e o grupo de atenção a saúde que assumiu lá o HU e o HPS. A nossa luta lá é  
1343 enorme pelo seguinte, gente, foi feito um contrato lá de R\$ 17 milhões/mês para eles e mais  
1344 algumas unidades de atenção básica. Inicialmente o prefeito e a secretária lá nossa, estão  
1345 assim mega envolvidos com a situação, e a gente percebe que as melancias estão se  
1346 ajeitando. Quando a gente fala de R\$ 17 milhões, percebam vocês que existia lá em Nossa  
1347 Senhora das Graças um cara que fazia parte da gestão e foi destituído, que atualmente esse  
1348 cara também participava do Conselho Municipal da Saúde. E aí hoje já está muito bem com  
1349 o Conselho Municipal de Saúde, como também já está muito bem com a prefeitura.  
1350 Calmamente aquele cidadão que está lá no conselho e tem uma voz expressiva, tem poder  
1351 de convencimento, está lá no HU já como contratado. Então quando eu digo que eu me  
1352 orgulho desse conselho aqui, não é balela, é pura verdade, admiro muito cada um dos

1353 conselheiros que ficam aqui até as 21h, 22h, 23h, conforme o debate que se faz. Mas quero  
1354 falar um pouquinho gente do dia 28 de abril, dia do aniversário da Mirtha. Não, da greve  
1355 geral, gente olha só, é histórica, histórica essa luta da classe trabalhadora, pelo seguinte, há  
1356 muito tempo o governo não via uma mobilização desse tipo, cá para nós gente, às vezes dá  
1357 até o sentimento de que bom que o governo vai sair do PT, quer dizer, que o PT saiu do  
1358 governo. Porque com isso renasce de novo a CUT, renasce aquela entidade que virava  
1359 Porto Alegre e o país inteiro num mar vermelho. Foram 35 milhões de trabalhadores que  
1360 estiveram nessa greve, e conforme estava dizendo o companheiro aqui, a Globo não deu  
1361 ênfase ao nosso movimento, mas nós estamos, deu ênfase sabe no que? Ah, os  
1362 baderneiros fizeram, quebraram, essa foi a conotação que esses caras deram. Mas gente,  
1363 olha só, gente olha só, nós estamos falando de três dos principais jornais do planeta, Le  
1364 Monde da França, New York Times, Estados Unidos, e BBC de Londres. Todos eles  
1365 colocaram lá suas publicações da maior greve dos trabalhadores do Brasil. Gente, quando lá  
1366 fora enxergam que aqui dentro não querem comunicar, eu acho que está na hora de a gente  
1367 despertar que a Globo na dá para a gente nem estar assistindo mais, não dá. Os caras são  
1368 simplesmente favoráveis, apoiam o governo, e isso é fato, toda vez que nós classe  
1369 trabalhadora, sindicatos estamos na rua reivindicando não é a toa, a gente está falando um  
1370 pouquinho mais, a ênfase aqui é a reforma previdenciária, mas vamos lá, reforma trabalhista  
1371 gente vai ferrar literalmente a classe trabalhadora. É óbvio que o sindicalismo precisa se  
1372 reciclar, nós estamos falando, por exemplo, na Alemanha hoje gira em torno de 400  
1373 sindicatos mais ou menos. Proporcionalmente é menor, ok, gente, agora o Brasil tem 16 mil  
1374 sindicatos, vocês sabem quantos deles estão de amarelo? Amarelo a gente diz aquele que é  
1375 só da gaveta, aquelas quatro paredezinhas, e só cobra o sindical e não faz porcaria  
1376 nenhuma. Tem muitos, então precisa modificar o sindicalismo. Agora de uma hora para  
1377 outra retirar a contribuição sindical vai quebrar 70% dos sindicatos do país, e sabe quando é  
1378 que a classe trabalhadora vai ter força para fazer uma greve como essa, por exemplo?  
1379 Nunca mais, nunca mais gente. Exatamente, olha só, não é só isso, esse momento que está  
1380 acontecendo hoje ele é uma união do conservadorismo, é o congresso, é o executivo,  
1381 legislativo, todos eles despertaram. Só para vocês terem uma ideia, sindicatos têm a  
1382 contribuição sindical, o sindicato patronal e o sindicato laboral, dos trabalhadores, o sindicato  
1383 laboral é o mais atacado pelo Ministério Público e Ministério Público do Trabalho. E na  
1384 contramão o sindicato patronal que, por exemplo, vou fazer, comentar com vocês aqui,  
1385 inclusive quero deixar minha queixa aqui, que o ano passado financiou, o ano passado não,  
1386 foi o ano passado não é? Retrasado, financiou aqui o nosso encontro, a nossa conferência.  
1387 Esses caras cobram 100% da folha de pagamento do hospital sindicalizado. Mas quanto que  
1388 é a folha de pagamento do Hospital de Clínica de Porto Alegre? Alguém sabe o que é que é  
1389 isso? R\$ 67 milhões, 100% vai para o sindicato. Gente, vocês acreditam que não tem  
1390 intervenção nenhuma do Ministério Público no sindicato patronal, mas no sindicato laboral  
1391 tem, o nosso sindicato já há dois anos passou a se organizar sem a contribuição  
1392 assistencial, que era uma contribuição de um dia a mais e nós nos organizamos e não  
1393 precisamos mais disso. Agora perder em dois anos o sindical e mais o assistencial, ele  
1394 literalmente vai quebrar um dos maiores sindicatos desse estado, que é o SindiSaúde.  
1395 Gente, nós precisamos ser capazes de sair daqui e ter convicção, reforma trabalhista e  
1396 reforma previdenciária é altamente prejudicial para cada um de nós hoje, e o pior ainda, para  
1397 os nossos filhos que entrarão no mercado de trabalho. É isso. **Sra. Mirtha da Rosa Zenker**  
1398 **(Coordenadora do Conselho Municipal de Saúde de Porto Alegre)** – Obrigado Júlio.  
1399 **Sr. Terres (Conselho Regional de Serviço Social)** – Buenas. Eu embora tenha  
1400 representação aqui no conselho pelo Conselho Regional de Serviço Social, acho que nesse  
1401 debate eu falo como sindicato municipais de Porto Alegre e também para a Central dos  
1402 Trabalhadores. É importante dizer, primeiro cumprimentar a coordenação do conselho por  
1403 esse debate, esse conselho eu acredito que essa discussão política ela tem que ser feita  
1404 mais vezes nesse conselho, que nós falamos muito de política de saúde, falamos do

1405 Sistema Único de Saúde, falamos do controle social, da defesa do Sistema Único de Saúde.  
1406 Mas o Sistema Único de Saúde não está desvinculado da discussão política desse país, não  
1407 está desvinculado. Muitas vezes nós que viemos do sindicato, estivemos aqui, fazemos  
1408 menção de algum debate sobre a questão política, nós sindicalistas muitas vezes nós já  
1409 fomos rechaçados por fazer discussão política, ah, nós não queremos saber de política. Eu  
1410 acho esse ponto nesse momento importantíssimo para que no futuro e daqui para frente  
1411 esse conselho se habitue a fazer esse debate, que é o debate da reforma da previdência,  
1412 que é o debate da terceirização, que é o debate do processo político de representação  
1413 desse país. Porque nós estamos falando aqui é isso, é a representação parlamentar que nós  
1414 somos os responsáveis, todos nós somos responsáveis. Eu acho que tem acordo de todos  
1415 vocês aqui do mal a partir do que foi falado aqui pelo nosso palestrante, eu quero  
1416 cumprimentar a Anelise do DIEESE que também dá assessoria para o sindicato dos  
1417 municipais de Porto Alegre, a partir que nós assumimos a gestão, nós nos filiamos ao  
1418 DIEESE, porque é importante os sindicatos, as centrais sindicais, compreender e não só do  
1419 ponto de vista político, mas do ponto de vista técnico, é conhecendo os números para poder  
1420 dialogar inclusive com os patrões. Então tem acordo aqui que a reforma trabalhista, que a  
1421 terceirização, que a reforma da previdência é um malefício para cada trabalhador, cada  
1422 trabalhadora. Mas por que isso? Quem está fazendo isso? É quem está no congresso. É  
1423 quem está no governo federal, são os deputados que nós votamos, é o presidente que lá  
1424 está. E isso, esse arrocho todo que está acontecendo, ele não está acontecendo porque  
1425 simplesmente alguém acordou e resolveu, digo: eu vou agora ferrar com todo mundo,  
1426 desculpa o termo, todo mundo vai ter que contribuir com 40, 49 anos, e morrer, e vai morrer  
1427 sem se aposentar ou se aposentar, ou então o contrário, vai morrer trabalhando. Isso faz  
1428 parte de um projeto político, e esse projeto político é o projeto não liberal, o projeto aonde se  
1429 emprega todas as políticas públicas para a iniciativa privada. Não é porque resolveu de uma  
1430 hora para outra, escolha, vou simplesmente escolher pela vez, não, eu tenho um interesse  
1431 nisso, é entregar como foi dito aqui, no caso da previdência, entregar para os planos da  
1432 previdência, porque ganha muito dinheiro com isso. Pois se fala em terceirização, e  
1433 terceirização nós sabemos o que é isso, porque discutimos aqui no Conselho Municipal de  
1434 Saúde, e existe um projeto de terceirizar também a Secretaria Municipal de Saúde e do  
1435 governo de estado, é para entregar para uma iniciativa privada. Todo o nosso debate se  
1436 fizemos não só questão da Sollus lá atrás, da questão agora dos laboratórios, nós estamos  
1437 falando de terceirização, e terceirização tem interesse, e os interesses são recursos para a  
1438 iniciativa privada, ou seja, tira do estado o dever com as políticas públicas que é saúde,  
1439 previdência, assistência social, entrega para a iniciativa privada e ganha dinheiro nas nossas  
1440 costas, aí de quem é a responsabilidade? Mais uma vez, é do vereador, do deputado  
1441 estadual, deputado federal, do senador e do presidente. E aqui eu quero dialogar com o  
1442 Júlio quando diz que a CUT renasceu, não, a CUT não estava morta para renascer, a  
1443 Central Única dos Trabalhadores sempre defendeu o direito dos trabalhadores, a exemplo  
1444 de outras centrais sindicais, a diferença, a única diferença é que não olha nos últimos anos,  
1445 acho que a partir lá do processo de escravização desse país nunca teve um ataque tão forte  
1446 aos trabalhadores como nós estamos tendo agora. E aí a CUT, a CTB, a Intersindical, a  
1447 Conlutas e outras centrais sindicais resolveram chegar, vamos chamar uma greve geral  
1448 onde os trabalhadores se envolvam e digam não a esse processo. Então a CUT sempre  
1449 esteve à frente desse processo também junto com os trabalhadores. Mas teve um objetivo  
1450 tudo isso, o que está acontecendo hoje, pelo governo que aí está, esse governo isso é  
1451 resultado de um golpe que foi dado nesse país, foi retirada uma presidente eleita com 52  
1452 milhões de votos, quando segundo aqueles que foram lá e entraram com processo de  
1453 impeachment dizendo que ela tinha feito as pedaladas para retirada, deram as justificativas  
1454 das pedaladas para retirar uma presidente eleita, e aí entrou um governo golpista que está  
1455 fazendo tudo isso que está fazendo agora. E agora vou dizer uma coisa, quem é que  
1456 colocou esse presidente lá, quem foram as entidades que colocaram e que foram lá e

1457 retiraram a Dilma para colocar o Temer que é um golpista? Houve um golpe parlamentar, um  
1458 golpe midiático e um golpe do judiciário. E eu quero saudar aqui, fraternalmente eu quero  
1459 saudar o palestrante aqui que está aqui fazendo, defendendo, digamos, junto a classe  
1460 trabalhadora contra a reforma da previdência, mas a OAB foi favorável ao golpe, a única  
1461 seccional da OAB que foi contra o golpe foi o Rio de Janeiro, a OAB patrocinou o golpe, em  
1462 função desse golpe que nós estamos hoje com 35 milhões de brasileiros que se mobilizaram  
1463 para a greve geral, e para concluir, eu quero dizer que nós temos, nós não podemos  
1464 simplesmente ficar, digamos, na expectativa porque a Rede Globo diz que o golpe foi  
1465 midiático. Nós temos que buscar outras formas de informações, e aí é importante isso fazer  
1466 esse debate aqui, que se faça outros debates por esse conselho, para que a gente consiga  
1467 discutir, e vamos trazer sim as centrais sindicais e outros do campo, que defende os  
1468 trabalhadores para fazer esse debate. Mas isso tudo é resultado de um golpe, e é isso que  
1469 nós temos que nos mobilizar, se as centrais sindicais discutiram hoje e com isto eu acho que  
1470 nas outras centrais sindicais os sindicatos vão articular movimentos, caravanas para  
1471 Brasília, e aí nós temos que ir junto nessas caravanas de ônibus, nós vamos para Brasília,  
1472 nós temos que defender os nossos direitos, e aqueles que já estão aposentados têm que  
1473 defender o direito de seu filho e de seu neto, seu irmão, seu parente. Nós temos que  
1474 defender isso, e para defender nós vamos ter que mobilizar, só a mobilização dos  
1475 trabalhadores e trabalhadoras desse país que vai conseguir derrubar essas reformas que  
1476 prejudicam os trabalhadores, e agora até mesmo retirar o Temer de lá, porque é fora Temer,  
1477 e é isso que nós queremos, porque não dá para aceitar um governo ilegítimo tentar fazer o  
1478 que está fazendo com os trabalhadores com essas três reformas, da terceirização, tem a  
1479 reforma da previdência, e isso está acontecendo no governo do estado, e aqui com o  
1480 Prefeito Marchezan também. O Prefeito Marchezan faz parte desse projeto neoliberal que  
1481 está atacando os servidores públicos da cidade de Porto Alegre dizendo que Porto Alegre  
1482 não tem recurso, e retirando dinheiro da saúde, da assistência social e de outras políticas  
1483 públicas. Então não está só lá no Temer, ele está no Temer, está no Sartori, está aqui com o  
1484 Marchezan, porque todos eles fazem parte do alinhamento do mal, todos eles estão contra  
1485 os trabalhadores e atacando os trabalhadores e trabalhadoras, e nós estamos com esse  
1486 impedimento. Meus parabéns ao conselho por fazer, acho que nós temos que discutir mais  
1487 política aqui dentro e, por favor, gente, não vamos reclamar disso, quando a gente fala em  
1488 política, política é necessária, pois se a gente não decide, se a gente não se mobiliza, eles  
1489 vão lá e votam contra nós. **Sra. Mirtha da Rosa Zenker (Coordenadora do Conselho**  
1490 **Municipal de Saúde de Porto Alegre)** – Janice. Só lembrando o Conselho Municipal de  
1491 Saúde está organizando o seminário sobre terceirização que foi falado semana passada.  
1492 Agora Janice Schiar. **Sra. Janice Lopes Schiar (Sindicato dos Enfermeiros do RS –**  
1493 **Titular)** – Boa noite a todos e todas. Eu represento o Sindicato dos Enfermeiros do Rio  
1494 Grande do Sul, nosso sindicato ele é de base do estado aqui. Eu estou há pouco tempo  
1495 participando aqui, e a primeira vez também, não sabia se antes existia, é um debate político.  
1496 Agradeço ao conselho por ter aberto essa oportunidade para todos nós aqui. É muito difícil.  
1497 Bom, eu queria falar um pouco da greve do dia 28, achei junto das centrais que foi  
1498 extremamente proveitoso nosso movimento. Aqui em Porto Alegre nós fechamos as ruas de  
1499 Porto Alegre, mesmo que as mídias não tenham colocado, nós colocamos abaixo Porto  
1500 Alegre sim, desde a 0h do dia. Eu acho que os companheiros ali do e o Júlio lá do  
1501 SindiSaúde também, eu não vou me adentrar mais porque eu sei que nós já estamos assim  
1502 num horário meio tarde, mas colocar assim um pouquinho mais da questão aqui de Porto  
1503 Alegre que nós estamos vivendo a nossa realidade aqui. Ela vem desse projeto lá de cima  
1504 conforme o Terres colocou, no governo federal, governo estadual, chegando ao município. E  
1505 aqui o nosso próprio Prefeito Marchezan votou lá na PEC 241, então assim, só para nós  
1506 lembrarmos o que nós estamos vivendo agora aqui em Porto Alegre, aqui: terceirização,  
1507 eu vejo nos dias no trabalho, hoje o povo todo, não era para dizer aqui talvez, mas é sim, os  
1508 terceirizados aguardam as portarias dos postos, eles já estão com os nomes já na lista todos

1509 demitidos, são várias famílias que ficarão sem os seus trabalhos. Nós da saúde daqui a  
1510 pouco nós estaremos sendo terceirizados, todos: auxiliar de enfermagem, técnicos de  
1511 enfermagem, enfermeiros, essa é a minha realidade, eu sou enfermeira. Então assim olha,  
1512 eu acho assim, temos que ir a Brasília sim, de ônibus, de carroça, de cavalo, de alguma  
1513 forma, mas temos que sim colocar abaixo sim, porque é um absurdo o que nós estamos  
1514 vivendo. É isso está gente, eu acho assim, não vou me adentrar, e queria pedir a OAB então  
1515 que peça também o impeachment de Temer. **Sra. Mirtha da Rosa Zenker (Coordenadora  
1516 do Conselho Municipal de Saúde de Porto Alegre)** – Plenário tem alguma consideração?  
1517 Senão eu passo para a mesa para as respostas. Então eu passo para a mesa. Anelise. **Sra.  
1518 Anelise Manganelli (DIEESE)** – Bom, então respondendo a primeira pergunta que é essa  
1519 questão da dívida. É mais ou menos isso que o Igor falou, mas assim, existem várias formas  
1520 de incidir sobre esse processo de cobrar efetivamente, um deles é empreender o esforço na  
1521 própria fiscalização, porque assim, como tem essa dívida estática que é o que a gente já  
1522 conhece hoje, isso foi a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional que passou, a gente sabe  
1523 que ela cresce num ritmo de 15% ao ano, então estagnar o que vai vim a ser dívida também  
1524 é um processo. E na verdade o que a gente vê é o desmantelamento de tudo isso. Se nós  
1525 olharmos para 2015, por exemplo, existia mais ou menos 4.100 fiscais da Secretaria da  
1526 Fazenda focados na contribuição previdenciária, e hoje já são menos de 900. Então assim,  
1527 começa a ser inevitavelmente fazer parte de um processo que é de fato vender que tudo  
1528 isso não funciona e que precisa efetivamente passar. Pelo menos é o único entendimento  
1529 que a gente consegue fazer disso que qual seria o outro problema então de empreender  
1530 exatamente nessas áreas que podem inibir isso. Uma outra questão que passa e aí defender  
1531 essa questão das prioridades das reformas, é ter como requisito principal e prioritário essa  
1532 questão da reforma tributária, porque a partir disso, porque assim, os empresários eles se  
1533 debruçam sobre essas incongruências de leitura a partir do que está nesse código tributário.  
1534 Então assim, a gente precisa, a sociedade precisa se identificar como que essa é uma  
1535 reforma prioritária, para facilitar também que nesse processo, nessas instâncias de  
1536 julgamento isso facilite, tenha um pouco mais de transparência e de fato faz parte do que é  
1537 devido. E não tem uma outra saída, e aí eu acho que isso aí já é pauta pelo que eu pude ver  
1538 um pouquinho aqui, que é essa questão do controle social. Cada vez mais a sociedade  
1539 também se apropriando desse tipo de informação, a gente consegue pressionar, a gente se  
1540 sente mais apto até a fazer uma pergunta. E a outra questão de por que é que não iguala  
1541 todo mundo, se o princípio era realmente igualdade, talvez o colega ali da OAB possa até  
1542 falar melhor, mas o secretário talvez pudesse falar um pouquinho sobre essa questão,  
1543 porque enfim, eu não sei de alguma forma se isso passa sim, dentro do partido, o que é que  
1544 isso de alguma maneira, a visão que se tem a partir desses processos. Mas assim, a ideia  
1545 que a gente tem dessa questão de igualar é justamente igualar quem é desigual,  
1546 infelizmente é isso. Aí se espelha em alguma experiência internacional como foi o caso que  
1547 o próprio governo falou em alguns momentos, a gente vai lá, tenta identificar essas  
1548 experiências e não consegue identificar. E um outro exemplo que eu posso compartilhar  
1549 aqui, mas eu estou fazendo uma provocação, só de brincadeira aqui secretário. Mas o que  
1550 eu queria trazer para vocês é a questão do Chile, o Chile privatizou toda previdência no  
1551 âmbito de uma ditadura militar. E aí o que é que acontece lá, eles fizeram, transformaram  
1552 toda previdência em previdência privada, então assim, hoje a gente olha para trás, já se  
1553 passaram 30 anos. Então é uma experiência boa que dá para avaliar, 30 anos depois para  
1554 ver o que é que foi pago, se os benefícios foram prometidos, se conseguiu pagar, se teve  
1555 êxito nisso. E o que a gente vê é que na época enfim, eles vendiam a ideia de que haveria o  
1556 salário de benefício garantido com o que as pessoas ganhavam na época, mas hoje as  
1557 pessoas só ganham em média 40% do seu salário de benefício. E outra coisa que a gente  
1558 vê é que as empresas que acabaram assumindo essa previdência elas cobram taxas  
1559 altíssimas de administração e, além disso, quando é tempo de crise como em 2008 a 2009,  
1560 a lucratividade dessas empresas aumenta em mesma proporção que reduz os fundos. Então

1561 assim, foram experiências importantes para esse debate para a gente conversar. E os  
1562 militares não entraram na reforma do Chile. Então assim, é uma reflexão, enfim, só o  
1563 controle social e só o aprofundamento dessas questões e poder questionar, ir atrás, que aí  
1564 talvez a gente consiga realmente entender que igualdade seria essa, mas a gente entende  
1565 que é uma questão só para defender determinados interesses. **Sra. Mirtha da Rosa Zenker**  
1566 **(Coordenadora do Conselho Municipal de Saúde de Porto Alegre)** – Obrigada Anelise.  
1567 Alexandre. **Sr. Alexandre Triches (Presidente da Comissão de Previdência Social da**  
1568 **OAB/RS)** – Bom eu anotei alguns pontos, vou tentar ser breve, são pontos importantes.  
1569 Primeiro eu queria reiterar o Igor, que o colega Igor referiu e eu concordo integralmente com  
1570 ele, eu acho que sim, é um momento de pressionar as bases, esse é o grande momento, a  
1571 gente abrir um tempo nesse momento, mas agora mais do que nunca. Eu acho que muitas  
1572 das mudanças ocorreram na caminhada da reforma foi em razão da pressão aos deputados,  
1573 nas suas bases. E também aos vereadores como um todo, essa pressão pode ser feita em  
1574 todas as instâncias. Porque chegou o momento de nós montarmos esse movimento de  
1575 pressão, porque temos ano eleitoral ano que vem, e com certeza os deputados que votaram  
1576 favorável a reforma, por razão das medidas duras que elas impõem aos trabalhadores, e são  
1577 duras, a gente sabe que são duras, eu nem entrei nos tópicos técnicos, eu preferi fazer uma  
1578 exposição mais panorâmica assim como os colegas, mas a Anelise trouxe, são duras, a  
1579 expectativa de vida do trabalhador rural é menor do que 65 anos, em muitos estados é  
1580 menor. Então quer dizer, a ideia de descanso vai por água abaixo. Então toda essa situação,  
1581 então não há dúvida que ela é dura. E vejo que ela tem muito mais peso que a reforma  
1582 trabalhista, porque a reforma trabalhista altera alguns pontos, mas a reforma previdenciária  
1583 mexe com tudo, e ela tem um viés de cidadania muito mais forte. Então é o momento da  
1584 pressão com certeza indo a Brasília, eu fui algumas vezes, participei, é um momento de  
1585 fazer a pressão, eu concordo integralmente. Eu também concordo com o colega que  
1586 inclusive citou quem eu gosto muito, vou chamá-lo de Stanislaw, jornalista falecido, e na  
1587 verdade ele falava das questões do Brasil, de uma maneira engraçada. Eu concordo assim,  
1588 quando a Anelise mostrou os números eu notei uma visão sobre os números que talvez seja  
1589 um pouquinho diferente da forma como ela expôs, com todo respeito a forma como ela  
1590 expôs. Porque lógico, nós vivemos num país onde o acesso a justiça é possível, se eu estou  
1591 devendo eu posso entrar com ação na justiça, porque se eu entrar com ação na justiça eu  
1592 retardo o pagamento da dívida. Então evidentemente é muito difícil você, digamos assim,  
1593 relacionar diretamente aquilo que é dívida ativa com que é buraco, que está faltando  
1594 dinheiro. Porque é direito do devedor protestar, mesmo quando de fato a dívida está correta,  
1595 não raras vezes o banco ganha na justiça, ele discute, muda a tese, logo em Brasília ele  
1596 acaba ganhando. Então evidentemente que eu entendo que pegar o número bruto e dizer  
1597 assim olha: tem 900, tem tantos milhões sobrando, isso pagava. Tem que verificar e aí eu  
1598 concordo com Anelise, isso não foi apresentado, talvez o Senador Paulo Paim agora  
1599 presente na CPI da previdência, para isso é que tem a CPI. Tem que verificar o que é que  
1600 está sendo feito com esse dinheiro, será que é dinheiro parado, dinheiro que está sendo  
1601 discutido. Lembro, já que o colega lembrou a personalidade de tempos atrás, lembro do  
1602 Assis Chateaubriand, dono dos diários associados que foi o maior devedor da previdência, o  
1603 antigo INAMPS, e nunca pagou, e tinha dinheiro para pagar. Ele conseguiu levar e aquilo  
1604 virou lorota depois com a massa falida do grupo e tal, acabaram recuperando em partes,  
1605 mas era famoso, ele não pagava e dizia que não ia pagar, achava que não era legítimo.  
1606 Então é muito difícil a cobrança da dívida ativa, esse é o debate que a gente poderia  
1607 destacar de nós debatermos aqui sessões, sessões do conselho e não chegaríamos a um  
1608 consenso. Agora tem algumas questões importantes, tem tributos que não precisam passar  
1609 o dinheiro pela mão do contribuinte, por exemplo, tributação de grandes fortunas. Por que é  
1610 que não tributa as pessoas ricas desse país? Essa é uma questão que a gente não entende,  
1611 por que é que os milionários não pagam um tributo maior, não é uma questão mais do que  
1612 justa de equidade? Já que ele dentro do capitalismo, eles têm uma condição mais facilitada.

1613 A própria CPMF, você quer uma discussão complicada, eu sei que eu estou num colegiado  
1614 da saúde e eu não quero entrar a fundo as questões técnicas dela, mas tributos do tipo  
1615 assim, eu quero usar o exemplo da CPMF para mostrar que não tem, todo mundo paga,  
1616 porque todo mundo vai sacar o dinheiro no banco. Existem formas talvez de nós  
1617 permitirmos, e aí isso estaria dentro de uma reforma com certeza tributária, que eu entendia  
1618 como prioritária, para talvez melhorar esse custeio. Vou dar um exemplo para vocês gente,  
1619 já encerrando. Mas vou dar um exemplo muito substancial, o autônomo no Brasil, e aqui falo  
1620 da minha própria classe, o advogado, é o advogado autônomo que não é dono de escritório,  
1621 de sociedade, a contribuição previdenciária ele faz no carnê, não tem fiscalização. Muito  
1622 advogado não paga, muito médico não paga, muito corretor de imóvel não paga. Quem tem  
1623 o dever de pagar sua própria contribuição não é fiscalizado pelo estado, se ele se aperta não  
1624 paga, ou se paga, ele paga com faixa que deve pagar, porque na verdade devia pagar 20%  
1625 sobre o mesmo período no mês anterior. Então nós temos que tentar talvez criar meios que  
1626 possibilitem esse custeio de uma maneira mais automática. Encerrando já, a pressão da  
1627 base, a questão da fiscalização, igualar quem é desigual. O último ponto assim que eu  
1628 queria para concluir, eu acho que tem uma questão importante nessa questão da  
1629 previdência privada e tudo que está acontecendo que é o seguinte, nós tivemos um grande  
1630 azar, e aqui eu chamo o Igor de novo, lembro o Igor aqui de novo, nós tivemos um grande  
1631 azar no Brasil que nós tivemos uma Constituição de 88, eu até verifiquei que eu confundi, eu  
1632 coloquei seguridade social e já linkei com previdência, e os senhores sabem muito bem que  
1633 não é isso, é saúde e assistência, eu me confundi. Mas nós tivemos uma constituição  
1634 extremamente social, e um dia eu perguntando para o José Fogaça o que é que ele achava  
1635 dessas mudanças todas e ele me disse assim: Alexandre, tinha um problema, nós  
1636 constituintes nós estávamos todos dentro de um ônibus com o farol apenas para trás, e nós  
1637 vimos o que aconteceu atrás, a guerra fria, a carta da ONU de 48, aquele Brasil que veio  
1638 daquele período lá atrás. Mal imaginávamos que dois anos depois entraríamos num modelo  
1639 de estado completamente diferente, viria a internet, a globalização, a ideia de ter que vender  
1640 as empresas do estado, e aí muda completamente a visão do mundo. E aí entra esse debate  
1641 que foi trazido aqui, se tem que ser liberal, se não liberal, é um debate. E que eu acho que  
1642 esse debate se ficar polarizado nunca vai ser bom, a gente tem que botar um meio termo  
1643 para ver se depois se o estado não tenha que cuidar, que a iniciativa privada cuida melhor.  
1644 Tem coisas que a iniciativa privada não sabe cuidar, que ela não tem a sensibilidade que o  
1645 estado tem. Nós temos que talvez encontrar um equilíbrio entre o público e o privado. Países  
1646 como os países nórdicos conseguiram isso, eles privatizam o que tem que privatizar, e  
1647 mantêm no estado algumas coisas que tem que ficar com o estado, educação tem que estar  
1648 na mão do estado, saúde tem que estar na mão do estado. Será que aeroporto precisa? A  
1649 gente vai em países que privatizaram as suas empresas de controle aeroportuário e tem  
1650 aeroportos muito melhores, aeroportos brasileiros são um lixo, os banheiros são sujos, falta  
1651 papel higiênico, o estado não consegue controlar, tem corrupção. De repente possa ser  
1652 interessante, não sei, eu estou só trazendo para o debate, de nós entendermos que a gente  
1653 tem que pensar que o mundo mudou, não dá para defender unicamente o papel hoje do  
1654 estado, o mundo de fato mudou, as coisas estão mudando. Então eu acho que isso é um  
1655 ponto importante. E eu concluo dessa forma. Desculpe se eu me estendi um pouquinho,  
1656 porque o tema realmente é bastante. **Sra. Mirtha da Rosa Zenker (Coordenadora do**  
1657 **Conselho Municipal de Saúde de Porto Alegre)** – Pessoal antes da retirada eu só tenho  
1658 uma proposta contra a reforma previdenciária, até para a gente poder não sair de uma forma  
1659 que a gente não fez o encaminhamento. E outra coisa, o Conselho Municipal de Saúde fazer  
1660 uma moção de repúdio contra reforma previdenciária, a gente poder estar construindo,  
1661 trazendo até uma plenária extraordinária semana que vem, mas que a gente possa estar  
1662 trazendo para a votação a construção dessa moção. Então eu até solicito que as centrais  
1663 possam estar podendo construir essa moção junto com o Conselho Municipal. Então  
1664 retornem, então parabéns a todos, término da plenária 21h54, agradeço muitíssimo então a



1665 presença do Alexandre da OAB, da Anelise da DIEESE, Secretário Pablo. Então uma boa  
1666 noite, um bom retorno para casa a vocês.

1667

1668 **MIRTHA DA ROSA ZENKER**  
1669 **Coordenadora do CMS/POA**  
1670

**DJANIRA CORRÊA DA CONCEIÇÃO**  
**Vice – Coordenadora do CMS/POA**

1671

1672

1673

***ATA APROVADA NA REUNIÃO PLENÁRIA DO DIA 06/07/2017***